

ADunicamp

boletim Especial

Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas

SEÇÃO SINDICAL

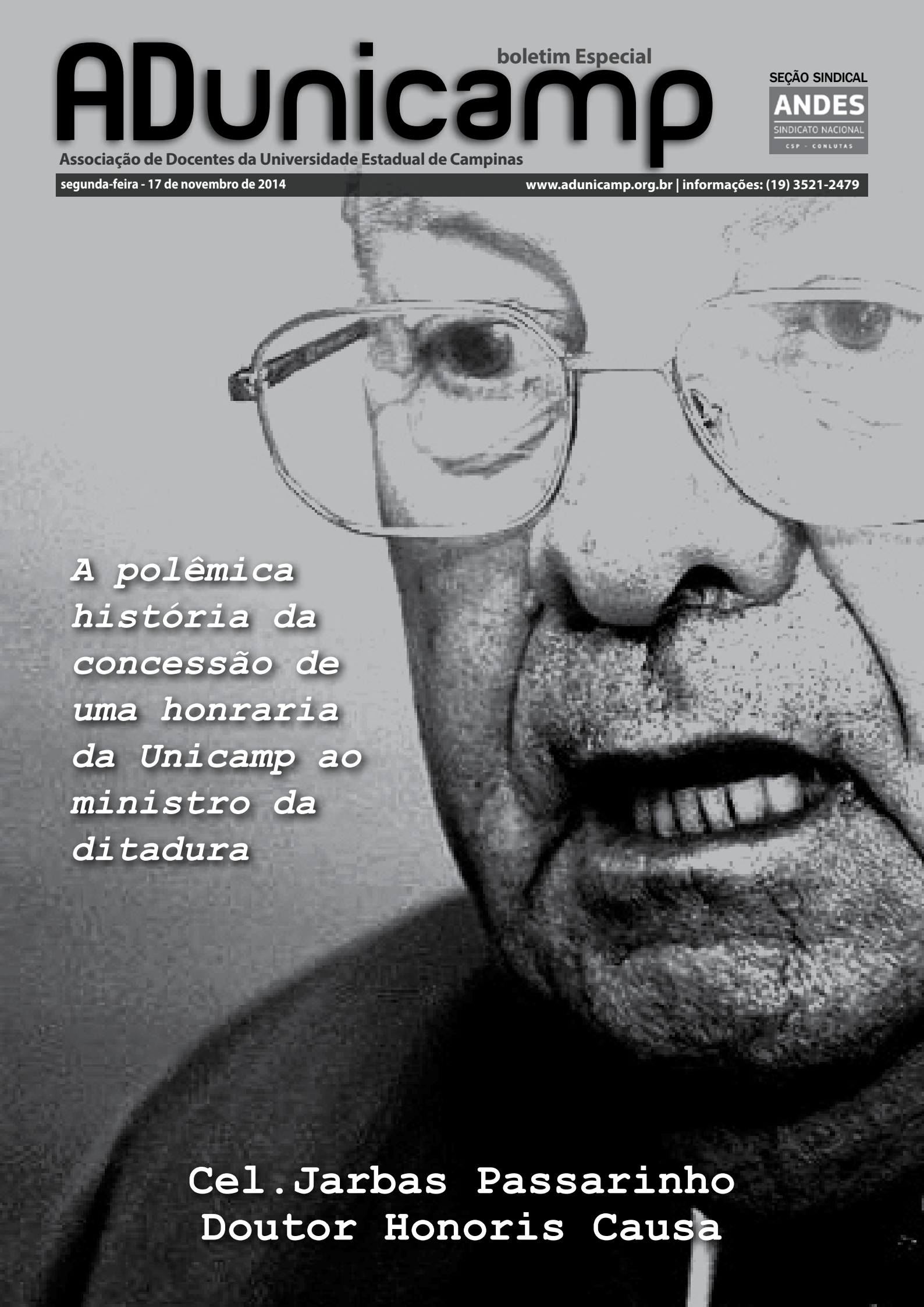
ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS

segunda-feira - 17 de novembro de 2014

www.adunicamp.org.br | informações: (19) 3521-2479



*A polêmica
história da
concessão de
uma honraria
da Unicamp ao
ministro da
ditadura*

Cel. Jarbas Passarinho
Doutor Honoris Causa

ADunicamp

*Associação de Docentes da Unicamp
Av. Érico Veríssimo, 1479 - Cidade
Universitária - CEP 13083-851
Campinas/SP*

*Fone.: (19) 3521-2470 / 3521-2471
www.adunicamp.org.br*

*24ª Diretoria
Democracia e Participação*

Presidente

Paulo Cesar Centoducatte

1º Vice-Presidente

Valério José Arantes

2º Vice-Presidente

Adolpho Hengeltraub

1º Secretário

Paulo Sampaio Xavier de Oliveira

2º Secretário

Bento Costa Carvalho Júnior

1ª Tesoureiro

Nilo Sérgio Sabbião Rodrigues

2º Tesoureiro

Nelson Prado Alves Pinto

Diretora Administrativa

Maria Cecília Cardoso Benatti

Diretor de Imprensa

Cesar Aparecido Nunes

Diretora Cultural

Olga Maria Fernandes de

Carvalho

Edição, textos e diagramação

Fernando Piva e

Paulo José San Martin

Contato - imprensa@adunicamp.org.br

*pág. 03 - Consu decide manter título concedido
ao coronel da ditadura*

pág. 06 - Moção da Congregação do IFCH

pág. 09 - Moção da Congregação do IEL

Pág. 10 - Moção da FE

pág. 14 - Moção da Congregação do LA

*pág. 15 - Moção da Comissão da Verdade da Unifesp
apoia a revogação*

16 - PROFESSORES COMENTAM A DECISÃO DO CONSU

*pág. 17 - Até quando a Unicamp continuará homenageando um
militar da ditadura? - Por Caio Navarro Toledo*

*pág. 19 - Limpar a Unicamp de mais essa
vergonha - Por Itamar Ferreira*

*pág. 22 - Quando os 'salvadores da pátria' são entreguistas
e antidemocratas - Por Márcio Seligmann Silva*

*pág. 24 - Em apreço a Zeferino Vaz - Por Adalberto
B. M. S. Bassi*

27 - REPERCUSSÕES

*pág. 28 e 29 - Decisão do Conselho Universitário
repercuta na mídia*

*pág. 31 - O professor e o cientista. Porque o professor
Bernardo Boris Vargaftig renunciou ao título*

pág. 34 - Comissão da Verdade elogia decisão do professor

36 - ANEXO

*pág. 37 - O debate sobre as moções no Conselho Universitário
na ata da reunião*

UMA DECISÃO POLÊMICA

Consu decide manter título concedido ao coronel da ditadura

Honoris Causa não foi revogado por um voto e decisão repercute dentro e fora do mundo acadêmico

Numa decisão polêmica, que repercutiu dentro e fora do mundo acadêmico, o Consu (Conselho Universitário) da Unicamp decidiu manter – em sua reunião do dia 5 de agosto deste ano – o título de Doutor Honoris Causa concedido, em 1973, ao então ministro de Educação da ditadura militar, coronel Jarbas Gonçalves Passarinho.

A revogação do título do coronel foi proposta ao Consu em moções apresentadas por congregações de quatro unidades de ensino e pesquisada universidade (leia na pág. 6) e só não foi aprovada por um voto.

Para que fossem aprovadas, as moções dependiam de 50 votos favoráveis, número equivalente a dois terços dos 75 integrantes do Consu.

Durante a sessão, 49 conselheiros votaram a favor das moções que pediam a revogação do título, dez foram contrários e outros dez se abstiveram. Seis não votaram por estarem ausentes, mas o estatuto exige que a aprovação se dê com votos da maioria absoluta do total de integrantes do Consu e não apenas dos conselheiros presentes.

O CONTEXTO

As moções foram elaboradas pelas congregações a partir de um debate que ocorre hoje em todo o país, impulsionado pelas Comissões da Verdade, e que busca questionar os legados históricos deixados pela ditadura militar.

Assim, não por acaso, diversas Comissões da Verdade manifestaram apoio às moções encaminhadas ao Consu e apontaram a importância histórica e simbólica da revogação da honraria concedida ao coronel. Até porque, durante a ditadura militar, o então ministro da Educação Jarbas Passarinho re-

cebeu homenagens semelhantes em outras universidades e instituições de ensino.

O Brasil vivia então sob o clima do medo e da intimidação, particularmente acentuado nos meios acadêmicos, políticos, culturais e sindicais. A ata do Consu de 30 de novembro de 1973, que concedeu a honraria ao coronel, mostra que o título foi aprovado por unanimidade pelos conselheiros, sem o menor debate.

No questionamento feito agora, as quatro congregações da Unicamp apontam que a atuação política do coronel Jarbas Passarinho foi nefasta para a cultura e a educação brasileiras. Entre outras ações, o então ministro foi um dos responsáveis pela aprovação do AI 5 que aposentou compulsoriamente pesquisadores e docentes e do decreto 477 que puniu estudantes; pelo desmantelamento do ensino público e apoio à privatização das universidades; pela punição a sindicalistas e difusão das Assessorias de Segurança e Investigação nas universidades, entre outras ações.

As congregações lembram ainda, em suas moções, que o coronel jamais fez qualquer autocrítica sobre sua trajetória política e ideológica. Em todos os seus pronunciamentos, após a democratização do país, ele continuou justificando o arbítrio e o terror de Estado representados pela ditadura militar (1964-1985).

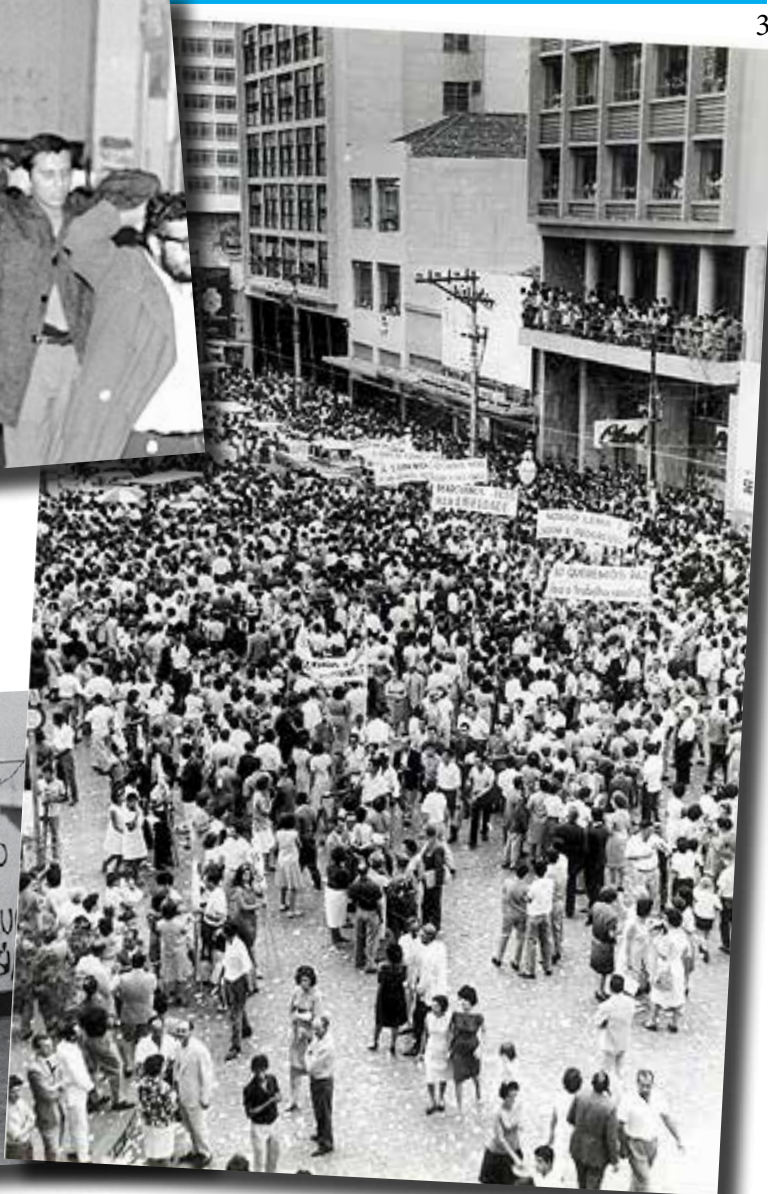
REPERCUSSÕES

Durante os debates que precederam a votação das moções, na sessão do Consu de 5 de agosto, nenhum conselheiro defendeu especificamente a atuação do coronel Passarinho nos seus tempos de ministro. Os argumentos dos conselheiros que votaram contra as





Retratos da ditadura. Estudantes presos na faculdade de Filosofia da USP (1). Militares em ação na USP (2). Em Campinas, milhares foram às ruas contra os militares (3).



moções e pela manutenção do título se escudaram na suposta mácula que a decisão, tomada agora, lançaria sobre integrantes do Consu que concederam o título ao coronel e, em especial, ao reitor da Unicamp na época, Zeferino Vaz. (leia nas páginas 22 e 24).

De qualquer forma, a manutenção do título repercutiu intensamente no meio acadêmico e fora dele (leia aqui). E a repercussão foi ampliada pela decisão do professor Bernardo Boris Vargaftig, que renunciou ao seu título de *Doutor Honoris Causa* concedido pela Unicamp em 1991. “Não queria prosseguir na coabitação forçada com um prescritor de maus tratos e assassinatos, desaparecimentos etc.”, justificou o professor. (leia na pág. 30).

POSIÇÃO DA ADUNICAMP

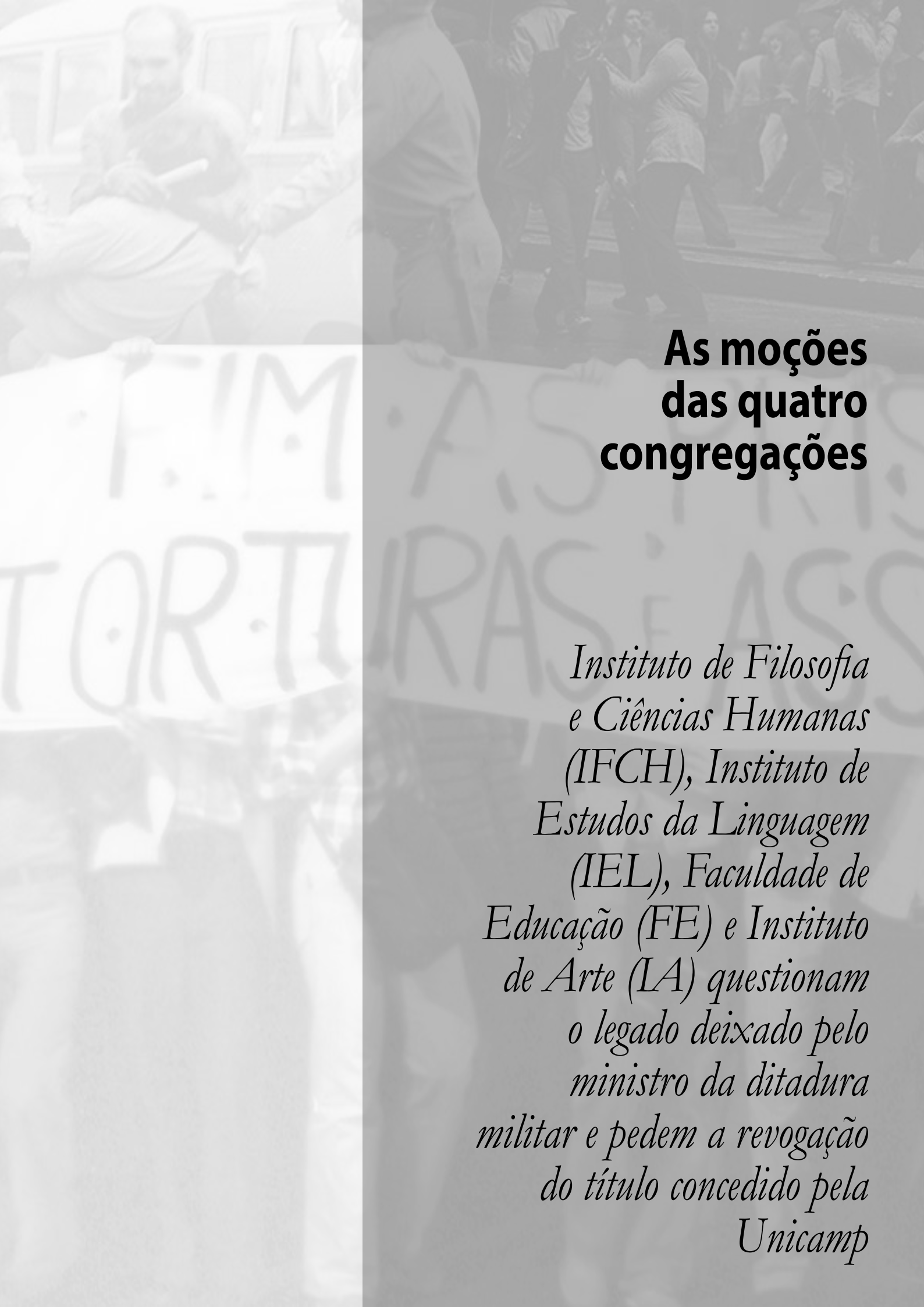
Durante a reunião do Consu de 5 de agosto, a

ADunicamp posicionou-se claramente contrária à manutenção do título ao coronel.

“As circunstâncias colocadas naquele momento levaram aquele Conselho Diretor a outorgar o título que hoje este Consu pode e deve revogar. Vários fatos denotam o constrangimento que o Conselho Diretor daquela época teve ao fazer o que fez. E hoje, se o Conselho Universitário mantiver esse título, o estará reiterando e assumindo a responsabilidade por ele a partir da data de hoje”, afirmou o presidente da ADunicamp, professor Paulo César Centoducatte. (pág. 259 da ata em anexo).

...

Com este Boletim Especial, a ADunicamp espera manter vivo o debate sobre a questão, na expectativa de que ele ainda volte a ser discutido e novamente votado pelo Conselho Universitário da Unicamp.



As moções das quatro congregações

*Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas
(IFCH), Instituto de
Estudos da Linguagem
(IEL), Faculdade de
Educação (FE) e Instituto
de Arte (IA) questionam
o legado deixado pelo
ministro da ditadura
militar e pedem a revogação
do título concedido pela
Unicamp*

Moção da Congregação do IFCH ao Conselho Universitário

1

ASSUNTO: Título Honorífico - Revogação



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

INTERESSADO: IFCH
ASSUNTO: Moção de Repúdio

PARECER DA CONGREGAÇÃO Nº 69/2014

A CONGREGAÇÃO DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, em sua 201ª Sessão Ordinária, realizada aos 02 de abril de 2014, aprovou a proposta de moção de repúdio à indicação de Jarbas Passarinho ao título de *doutor honoris causa* e o pedido de revogação do título.

Prof. Dr. Jorge Coli
Diretor
IFCH/UNICAMP
Matrícula: 116335

*Assinado por
60 professores,
o documento
do Instituto
de Filosofia
e Ciências
Humanas
pede fim da
honraria ao
ex-ministro da
ditadura*

2

MOÇÃO DA CONGREGAÇÃO DO IFCH
AO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNICAMP

I

Num momento em que as *Comissões da Verdade* buscam conhecer e divulgar acontecimentos da vida política e cultural brasileira do período do regime militar, a Congregação do IFCH dirige-se ao Conselho Universitário para propor uma solução face a um fato que compromete os valores democráticos e científicos perseguidos pela Universidade Estadual de Campinas.

Em sua reunião de 02 de abril de 2014, a Congregação do IFCH avaliou por unanimidade que a concessão do título de *Doutor Honoris Causa* ao então Ministro da Educação Jarbas Passarinho – concessão essa que ocorreu na reunião extraordinária do Conselho Diretor da Unicamp de 30 de novembro de 1973 – foi um erro tanto da perspectiva acadêmica quanto da perspectiva dos valores democráticos.

II

O então Cel. Jarbas Passarinho foi um destacado conspirador militar contra a legalidade institucional da Carta de 1946 que culminou com o golpe de Estado de abril de 1964. Desde a derrubada do governo democrático de João Goulart – ao contrário de alguns intelectuais, políticos, conselhos editoriais de órgãos da imprensa etc. –, jamais fez qualquer autocrítica sobre sua trajetória política; pelo contrário, nestes últimos 50 anos continua ele manifestando orgulho por seus serviços ao regime de 1964 (governador biônico de Pará em 1964, Ministro do Trabalho e da Previdência Social e Ministro da Educação e Cultura, senador pelo PDS, autor de livros e centenas de artigos em defesa do golpe e da ditadura militar). Jarbas Passarinho ainda hoje é um veemente defensor do autêntico “terrorismo de Estado” vigente nos pós-64, cuja evidência tem sido comprovada pelas novas descobertas feitas pelos trabalhos das diferentes Comissões da Verdade em todo o país.

Por ocasião da reunião do Conselho de Segurança Nacional de 13 de dezembro de 1968 – que decidiu pelo Ato Institucional 5 –, Jarbas Passarinho foi o autor da célebre justificativa de voto: “*Sei que a Vossa Excelência repugna, como a mim e a todos os membros desse Conselho, enveredar pelo caminho da ditadura pura e simples, mas me parece que claramente é esta que está diante de nós. [...] Às favas, senhor presidente, neste momento, todos os escrúpulos de consciência*”. Valendo-se deste instrumento discricionário – um “golpe dentro do golpe”, como observam cronistas políticos –, o então Ministro do Trabalho e da Previdência Social destituiu mais de cem dirigentes sindicais de seus cargos; alguns destes foram presos e sofreram maus tratos por parte dos serviços de segurança do regime.

Na condição de Ministro de Estado, aprovou aplicação do AI 5 – por meio do Decreto Lei 477 (19/2/1969) – contra docentes, funcionários e estudantes. Entre os



2

MOÇÃO DA CONGREGAÇÃO DO IFCH
AO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNICAMP

I

Num momento em que as *Comissões da Verdade* buscam conhecer e divulgar acontecimentos da vida política e cultural brasileira do período do regime militar, a Congregação do IFCH dirige-se ao Conselho Universitário para propor uma solução face a um fato que compromete os valores democráticos e científicos perseguidos pela Universidade Estadual de Campinas.

Em sua reunião de 02 de abril de 2014, a Congregação do IFCH avaliou por unanimidade que a concessão do título de *Doutor Honoris Causa* ao então Ministro da Educação Jarbas Passarinho – concessão essa que ocorreu na reunião extraordinária do Conselho Diretor da Unicamp de 30 de novembro de 1973 – foi um erro tanto da perspectiva acadêmica quanto da perspectiva dos valores democráticos.

II

O então Cel. Jarbas Passarinho foi um destacado conspirador militar contra a legalidade institucional da Carta de 1946 que culminou com o golpe de Estado de abril de 1964. Desde a derrubada do governo democrático de João Goulart – ao contrário de alguns intelectuais, políticos, conselhos editoriais de órgãos da imprensa etc. –, jamais fez qualquer autocrítica sobre sua trajetória política; pelo contrário, nestes últimos 50 anos continua ele manifestando orgulho por seus serviços ao regime de 1964 (governador biônico de Pará em 1964, Ministro do Trabalho e da Previdência Social e Ministro da Educação e Cultura, senador pelo PDS, autor de livros e centenas de artigos em defesa do golpe e da ditadura militar). Jarbas Passarinho ainda hoje é um veemente defensor do autêntico “terrorismo de Estado” vigente nos pós-64, cuja evidência tem sido comprovada pelas novas descobertas feitas pelos trabalhos das diferentes Comissões da Verdade em todo o país.

Por ocasião da reunião do Conselho de Segurança Nacional de 13 de dezembro de 1968 – que decidiu pelo Ato Institucional 5 –, Jarbas Passarinho foi o autor da célebre justificativa de voto: “*Sei que a Vossa Excelência repugna, como a mim e a todos os membros desse Conselho, enveredar pelo caminho da ditadura pura e simples, mas me parece que claramente é esta que está diante de nós. [...] Às favas, senhor presidente, neste momento, todos os escrúpulos de consciência*”. Valendo-se deste instrumento discricionário – um “golpe dentro do golpe”, como observam cronistas políticos –, o então Ministro do Trabalho e da Previdência Social destituiu mais de cem dirigentes sindicais de seus cargos; alguns destes foram presos e sofreram maus tratos por parte dos serviços de segurança do regime.

Na condição de Ministro de Estado, aprovou aplicação do AI 5 – por meio do Decreto Lei 477 (19/2/1969) – contra docentes, funcionários e estudantes. Entre os

Moção da Congregação do IEL ao Conselho Universitário

6



UNICAMP

CONGREGAÇÃO DO INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

MOÇÃO DA CONGREGAÇÃO DO IEL/UNICAMP

A CONGREGAÇÃO DO INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, em sua 187ª Reunião Ordinária, deliberou encaminhar ao Conselho Universitário da Unicamp a seguinte Moção:

- (a) Considerando que a distinção do Doutorado "Honoris Causa" é um instituto que deve refletir o espírito universitário em sua mais elevada acepção, implicando a mais ampla liberdade de produção de conhecimento científico, tecnológico, humanístico e artístico, bem como da sua crítica continuada;
- (b) Considerando que, no período mais repressivo da ditadura militar, o então Conselho Diretor da Unicamp, em reunião fechada no dia 30 de novembro de 1973 aprovou a concessão do título de Doutor "Honoris Causa" ao Ministro da Educação do Governo Médici - Coronel Jarbas Gonçalves Passarinho -, que o recebeu, em tempo recorde, em sessão solene neste Campus no dia 05 de dezembro de 1973;
- (c) Considerando que, sabidamente, o referido laureado atuava, de modo ativo, no núcleo de poder daquele regime de exceção, tendo sido artífice e executor de instrumentos legais de repressão sobre a universidade pública brasileira, entre eles o Ato Institucional nº. 5 de 1968 e o Decreto-Lei nº. 477 de 1969;

Encaminha-se ao CONSU da Unicamp a **proposta de anulação** da referida premiação, cuja permanência vem conspurcar não só o instituto dessa tradicional láurea, mas também o da brilhante galeria de intelectuais, cientistas e pessoas públicas que honra efetivamente o avanço das ciências, das tecnologias, das humanidades, das artes e, sobretudo, da educação comprometida com a busca permanente da verdade e da justiça.

Cidade Universitária Zeferino Vaz, 22 de maio de 2014.

Profª. Drª. Matilde V. R. Scaramucci

Presidente

Aprovado em maio, documento do Instituto de Estudos da Linguagem aponta Passarinho como agente da repressão sobre universidade pública

Moção da Congregação da FE ao Conselho Universitário

10



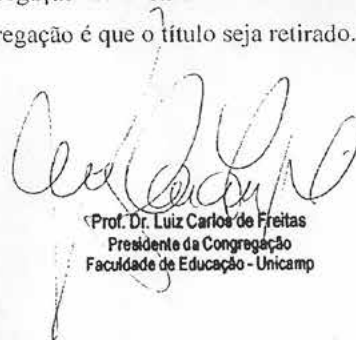
UNICAMP

Faculdade de
Educação

FACULDADE DE EDUCAÇÃO
281ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO
02/04/2014

DELIBERAÇÃO Nº: 086/2014
INTERESSADO: FACULDADE DE EDUCAÇÃO
ASSUNTO: MOÇÃO

A Congregação da Faculdade de Educação em sua 281ª Reunião Ordinária, realizada em 02/04/2014 deliberou pelo encaminhamento de MOÇÃO (texto anexo) ao Conselho Universitário da UNICAMP, no sentido de questionar a concessão do título de *Doutor Honoris Causa* ao Cel. Jarbas Passarinho em 1973, conjuntamente à Moção da Congregação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH. A expectativa da Congregação é que o título seja retirado.



Prof. Dr. Luiz Carlos de Freitas
Presidente da Congregação
Faculdade de Educação - Unicamp



Com base no
texto da Moção
do IFCH,
Congregação
da Faculdade de
Educação
também
questiona título

MOÇÃO DA CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO AO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Tendo em vista que a honestidade intelectual é imperativa nas atividades acadêmicas, entendemos que os recursos teóricos da crítica e da autocritica devem ser permanentemente exercidos, tanto no plano individual quanto das instituições. Fundado nesta premissa, vimos a este Conselho Universitário a fim de manifestar – nesta conjuntura política em que as diferentes Comissões da Verdade buscam conhecer em profundidade episódios recentes da vida política e cultural brasileira – nosso repúdio em face de um fato que compromete os valores democráticos e científicos perseguidos, ao longo de sua história, pela Universidade Estadual de Campinas.

Os signatários desta Moção estão convencidos que a concessão do título *Honoris Causa* ao então Ministro da Educação Jarbas Passarinho – na reunião extraordinária do Conselho Diretor da Unicamp de 30 de novembro de 1973 – não foi acertada do ponto de vista acadêmico nem pertinente sob a perspectiva dos pressupostos e padrões da convivência democrática.

Com serenidade e ponderação, mas com firmeza intelectual devemos lembrar alguns fatos que justificam nosso juízo sobre a equivocada decisão do Conselho da Unicamp, constituído então, basicamente, por Diretores de unidades. São estes alguns dos fatos:

- a) O então Cel. Jarbas Passarinho foi um destacado conspirador militar contra a legalidade institucional da Carta de 1946 que culminou com o golpe de Estado de abril de 1964. Desde a derrubada do governo democrático de João Goulart – ao contrário de alguns intelectuais, políticos, conselhos editoriais de órgãos da imprensa etc. –, jamais fez qualquer autocritica sobre sua trajetória política; pelo contrário, nestes últimos 50 anos, continua ele manifestando orgulho por seus relevantes serviços aos governos discricionários (como governador biônico em 1964, Ministro do Trabalho e da Previdência Social e da Educação, senador pelo PDS). Jarbas Passarinho ainda hoje é um dos veementes defensores do terrorismo de Estado vigente nos pós-64, conforme reiteram as novas revelações feitas pelas diferentes Comissões da Verdade em todo o país;

8

- b) Por ocasião da reunião do Conselho de Segurança Nacional de 13 de dezembro de 1968 – que decidiu pelo Ato Institucional 5 –, Jarbas Passarinho foi o autor da célebre justificativa de voto: "*Sei que a Vossa Excelência repugna, como a mim e a todos os membros desse Conselho, enveredar pelo caminho da ditadura pura e simples, mas me parece que claramente é esta que está diante de nós. [...] Às favas, senhor presidente, neste momento, todos os escrúpulos de consciência*". Valendo-se deste instrumento ditatorial – o “golpe dentro do golpe”, como observam cronistas políticos –, o então Ministro do Trabalho e da Previdência Social destituiu mais de cem dirigentes sindicais de seus cargos; alguns destes foram presos e torturados pelos setores da repressão;
- c) Na condição de Ministro de Estado, aprovou aplicação do AI 5 – por meio do Decreto Lei 477 (19/2/1969) – contra docentes, funcionários e estudantes. Entre os sessenta e seis renomados cientistas e intelectuais que foram expulsos das universidades brasileiras – com graves consequências para a pesquisa científica no Brasil – podemos lembrar, entre outros, os nomes de Isaias Raw, Jaime Tiommo, Michel Rabinovitch, Luiz Hildebrando Silva, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Caio Prado Jr. e José Arthur Giannotti;
- d) Na condição de Ministro de Educação de Cultura (1969-1973), governo Emílio Garrastazu Médici, Jarbas Passarinho expulsou 55 estudantes de universidades públicas sob a alegação de que promoviam a “subversão” e “agitação política”;
- e) Sob sua gestão no MEC, Jarbas Passarinho implantou (janeiro de 1971) as *Assessorias de Segurança e Informações* em todas as universidades públicas federais. Como se sabe, as ASI’s universitárias – subordinadas aos Ministérios e ao Serviço Nacional de Informação – atuavam no controle das contratações de pessoal (barrando a entrada de docentes considerados de esquerda); na repressão de manifestações e ações planejadas pelas lideranças estudantis (passeatas, debates culturais e políticos, atividades artísticas, solenidades de formatura etc.); na aplicação mais intensa das punições previstas no DL 477 etc.

- f) Como o noticiário da época informava, o Ministro da Educação Jarbas Passarinho foi um incansável batalhador na defesa do ensino privado. (*O Estado de S. Paulo*, 25/11/1979, p. 37) Sabe-se também que o ministro foi um empenhado adversário dos movimentos democráticos em defesa da escola pública, gratuita, não-confessional e universal que, no Brasil contemporâneo, tiveram as notáveis lideranças de Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e outros.

Levando em conta este conjunto de fatos, julgamos que são inteiramente improcedentes os argumentos – arrolados na Ata da Reunião do Conselho Diretor da Unicamp (5/12/1973) – que justificaram a concessão do título de *Doutor Honoris Causa* ao leal servidor da ditadura militar durante o período de 1964-1985. Entre estas razões, foi ali afirmado que “*Nestes últimos 40 anos (...) Jarbas Passarinho foi a figura mais brilhante de dirigente de educação neste país*”.

Os signatários propõem que o atual Conselho Universitário da Unicamp reconheça que a atribuição do título de *Doutor Honoris Causa* ao Cel. Jarbas Passarinho contradiz com a trajetória acadêmica, científica e intelectual da Universidade Estadual de Campinas.

Qualquer que tenham sido as circunstâncias políticas e institucionais enfrentadas pela Universidade, nos tempos sombrios do regime militar, é inaceitável a homenagem prestada a quem – por sua ação ou conivência – contribuiu eficazmente para cercear a liberdade de pensamento e pesquisa, aposentar docentes de forma sumária, expulsar estudantes e funcionários e instaurar o clima de medo nos *campi* e fora dele.

Moção baseada em texto preparado pelo IFCH/UNICAMP

Moção da Congregação da IA ao Conselho Universitário

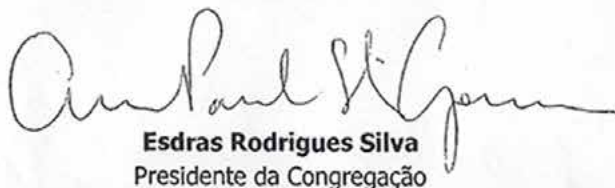
4

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ARTES
CONGREGAÇÃO
DELIBERAÇÃO CONGREGAÇÃO IA Nº 098/2014

Interessado:	INSTITUTO DE ARTES
Processo:	
Referente:	Moção de repúdio à concessão pela UNICAMP – em reunião extraordinária do Conselho Diretor realizado em 1973 - do título de Doutor Honoris Causa ao então Ministro da Educação Cel. Jarbas Passarinho.

A Congregação do Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas, em sua 213ª Reunião Ordinária realizada no dia 08 de maio de 2014, **manifestou seu apoio a moção** de repúdio à concessão pela UNICAMP – em reunião extraordinária do Conselho Diretor realizado em 1973 - do título de Doutor Honoris Causa ao então Ministro da Educação Cel. Jarbas Passarinho do então Governo Médici, por reconhecer que tal concessão foi um ato equivocado do Conselho, cujo significado conflita com os princípios acadêmicos e científicos desta universidade.

CIDADE UNIVERSITÁRIA "ZEFERINO VAZ"
08 DE MAIO DE 2014.


Esdras Rodrigues Silva
Presidente da Congregação

*Reunida em
8 de maio,
Congregação
do Instituto de
Artes decide
apoiar Moção
de Repúdio*



CV da Unifesp apoia a revogação



São Paulo, 26 de abril de 2014

À Comunidade Acadêmica da UNICAMP

Prezados colegas,

A *Comissão da Verdade Marcos Lindenberg* da Universidade Federal de São Paulo vem a público manifestar apoio aos setores da comunidade acadêmica da UNICAMP que têm se esforçado para revogar o título de *Doutor Honoris Causa* concedido ao então Ministro da Educação e Cultura, Coronel Jarbas Passarinho, em 1973.

Tendo as *Comissões da Verdade* universitárias se constituído com a intenção de apontar os atos de violação dos direitos humanos que constrangeram o desenvolvimento da pesquisa e da liberdade de expressão no meio acadêmico, e considerando seu papel no enraizamento de práticas democráticas, não é possível calar diante dos diversos atos ocorridos durante o regime militar que contradizem os objetivos e intenções das referidas comissões, especialmente a concessão de títulos a notórios apoiadores de regimes de exceção.

É neste sentido que a CVML/UNIFESP aqui se manifesta.

Cordialmente,

Ana Nemi
(Coordenação da CVML/UNIFESP)

Comissão da Verdade Marcos Lindenberg, em carta aberta, questiona a concessão de títulos 'a notórios apoiadores de regimes de exceção'

Rua Sena Madureira, 1500 - 5º andar

Fone: 5549-7699 ou VOIP: 8571

comissaodaverdade@unifesp.br

Professores comentam a decisão do Consu

Em setembro, semanas após a decisão do Consu, a ADunicamp enviou comunicado aos seus associados anunciando a preparação deste Boletim Especial e os convidando a escrever sobre o tema.

Leia, nas páginas seguintes, as contribuições dos professores

Até quando a Unicamp continuará homenageando um militar da ditadura?

Por Caio Navarro Toledo
*Professor aposentado do IFCH
Membro da Comissão da Verdade
e Memória “Octávio Ianni” da
Unicamp*

Na sessão de 5 de agosto de 2014, o Conselho Universitário de nossa universidade deixou de revogar o título de Doutor Honoris Causa concedido pela Unicamp, em 1973, ao coronel Jarbas Gonçalves Passarinho. Na falaciosa justificativa do ex-reitor, Zeferino Vaz – durante a reunião do então Conselho Diretor que outorgou o título –, foi afirmado que o então ministro da Educação do governo Garrastazu Médici era, nos últimos 40 anos, “a figura mais brilhante de dirigente de educação neste país”!

Criada logo após o golpe de 1964 e sob a férrea Direção de seu primeiro reitor, a Unicamp – como outras universidades públicas – também homenageou um alto dirigente da ditadura militar.* A Ata daquela malfadada sessão do Conselho Diretor nos informa que nenhuma voz



ousou questionar a insólita homenagem; afinal, todos sabemos, nos anos 1970 – particularmente nos meios acadêmicos, políticos, culturais e sindicais –, o país vivia sob um clima de intimidação, medo e terror.

Cinquenta anos após o golpe civil-militar de 1964, quatro congregações da universidade (Faculdade de Educação, Instituto de Arte, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e Instituto de Estudos da Linguagem) solicitaram ao atual Conselho Universitário da Unicamp (Consu) que revogasse o título de Doutor Honoris Causa; argumentaram as quatro congregações que a atuação política do coronel Jarbas Passarinho – como ministro do Trabalho e Previdência Social e ministro da Educação e Cultura – teria sido nefasta para a cultura e a educação brasileiras. Entre os atos, sob a inteira responsabilidade do ex-ministro, podem ser citados: a aprovação do draconiano AI 5 que aposentou compulsoriamente pesquisadores e docentes; o decreto 477 que puniu estudantes; o desmantelamento do ensino

público e o apoio à privatização das universidades; a punição a sindicalistas; a difusão das Assessorias de Segurança e Investigação nas universidades etc. Foi também ressaltado que, até o presente, o coronel Passarinho jamais teria feito qualquer reparo autocrítico sobre sua trajetória política e ideológica; ou seja, hoje, o coronel continua justificando o arbítrio e o terror de Estado representados pela ditadura militar (1964-1985).

A votação do Consu não revogou o título pela

diferença de apenas um voto. Como o regimento interno do Conselho exigia 2/3 do total de 75 membros – ou seja, 50 votos –, a solicitação não foi aprovada, pois obteve 49 votos (docentes, funcionários e estudantes) enquanto 20 docentes (10 contra e 10 abstenções) se opuseram à revogação do título.

Uma Nota da Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni” da universidade – tornada pública antes da reunião do Consu – argumentou que a

revogação do título por parte do Conselho Universitário significaria o reconhecimento de que a Unicamp estaria se associando às iniciativas que, hoje, em todo o país, buscam – no plano simbólico – questionar alguns dos infaustos legados da ditadura militar. Outras seis notas de Comissões da Verdade de universidades públicas brasileiras também apoiaram veementemente a iniciativa das quatro congregações da Unicamp.

Lastimando a decisão final do Consu, não se pode senão concluir que 20 de seus membros docentes – que tiveram um papel decisivo na votação

– impediram que a Unicamp fizesse publicamente a autocrítica de um episódio que em nada a dignifica como instituição de pesquisa e ensino.

Acreditando que os setores democráticos da Unicamp voltarão a solicitar uma nova discussão do assunto, espera-se que o Consu revogue a homenagem que continua afrontando “todos os que prezam os direitos humanos, as liberdades democráticas e o pensamento crítico”, como conclui uma [petição pública que está sendo divulgada na internet](#). ■

**Nenhuma
voz ousou
questionar
a insólida
homenagem.
O país vivia sob
um clima de
intimidação,
medo e terror**

* Recentemente, a fim de homenagear o professor Reitor Zeferino Vaz, foi construído um grande mural na praça da Reitoria – por iniciativa da gestão Fernando Costa – que lembra também a presença no campus do marechal Humberto Castelo Branco, por ocasião do lançamento da pedra fundamental da Unicamp, em 1966. A legenda do mural – omitindo o fato da autoridade ser o primeiro presidente da ditadura militar – não deixa também de ser uma homenagem ao golpista de 1964.

Limpar a Unicamp de mais essa vergonha

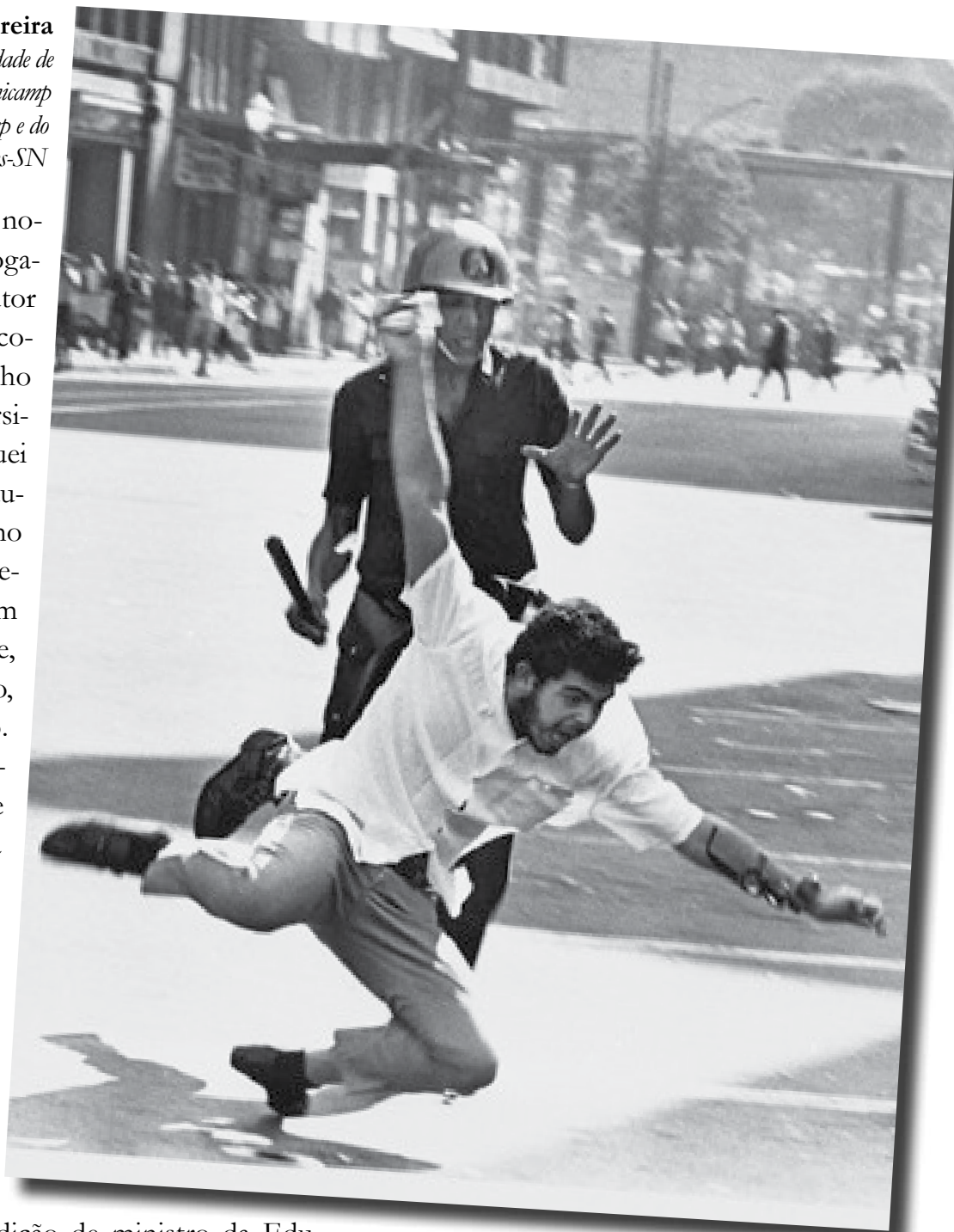
Por Itamar Ferreira

*Prof. aposentado da Faculdade de Engenharia Mecânica da Unicamp
Ex-diretor da ADunicamp e do Andes-SN*

Quando recebi a notícia da não revogação do título de Doutor Honoris Causa do coronel Jarbas Passarinho pelo Conselho Universitário da Unicamp fiquei envergonhado. O título foi aprovado, como sabemos, pelo Conselho de Diretores em 30/11/1973 e entregue, como um relâmpago, já no dia 05/12/1973. Nessa época eu cursava o primeiro ano de Engenharia Mecânica na Unicamp.

Como pode o ex-ministro da Educação do Governo Militar receber essa distinção máxima da Unicamp? Qual foi a sua contribuição para receber tamanha honraria?

Este coronel, na condição de ministro da Educação no Governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), promoveu uma grande reforma educacional que até um seu ex-colega, o ex-ministro Delfim Netto, admitiu, em abril deste ano, por ocasião dos 50 anos do Golpe Militar, “... *que o descaso com a educação básica durante o regime militar foi um erro mortal*”. Como na ocasião da concessão do



título não se sabia do seu legado, será que foi em função da sua atuação na Reunião do Conselho de Segurança Nacional, em 13 de dezembro de 1968, por ocasião da edição do Ato Institucional 5 (AI-5), no qual aprovou este ato nefasto e disse “... *às favas, senhor presidente, neste momento, todos, todos os escrúpulos de consciência. ...*”? Lembrando: o AI-5 ex-



tinguiu direitos civis e levou ao período de maior repressão na história do país.

Esses dois ex-ministros do regime militar, Jarbas Passarinho e Delfim Netto, deram sustentação a esse governo e estão, ainda hoje, defendendo-o, sem uma gota de arrependimento. De acordo com Amarílio Ferreira Jr. e Marisa Bittar, no artigo intitulado “Jarbas Passarinho, Ideologia Tecnocrática e Ditadura Militar” (Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.23, p. 3 –25, set. 2006 - ISSN: 1676-2584), “... o Coronel Jarbas Passarinho pode ser considerado como um dos mais importantes intelectuais orgânicos produzidos pelo bloco empresarial-militar que governou o Brasil durante a ditadura militar. O grau de comprometimento histórico com os seus ideais é explícito...”

Aproveitando a oportunidade, lembro que o ex-ministro Delfim Netto “não fez por menos”; depôs na Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, da Câmara Municipal de São Paulo, em 2012, alegando desconhecer que houvesse uma ditadura no País e que pessoas eram presas e torturadas no Governo Militar. De quebra, este ex-ministro alega que “Se as condições fossem as mesmas e o futuro não fosse opaco, eu repetiria. Eu não só assinei o Ato Institucional 5 como assinei a Constituição de 1988”. Na engenharia trabalhamos com números e diríamos, nesse caso, que como participaram da edição do AI-5 vinte e quatro membros do alto escalão do Governo Militar, esses dois ex-ministros seriam, isoladamente, responsáveis por aproximadamente 4,2% do AI-5 e das suas consequências. Não acredito que tenha sido esse feito, de aprovação do AI-5, que levou o Conselho de Diretores da Unicamp a contemplar o Coronel Jarbas Passarinho com o título de Doutor Honoris Causa.

Além de envergonhado fiquei interessado em saber o que foi dito, pelos membros do Consu da Unicamp, nessa reunião de 05 de agosto, na qual perdemos uma oportunidade histórica de revogação do título do Coronel Jarbas Passarinho. Entrei na cameraweb da Reitoria da Unicamp (<http://www.cameraweb.rei.unicamp.br/>) e lá encontrei a gravação dessa sessão do Consu.

Vários membros do Consu defenderam a revogação do título. De início o Diretor do IFCH fez uma boa defesa e uma professora, também do IFCH, falou em nome da Comissão da Verdade da Unicamp, fazendo uma ótima defesa. Foi citado que a Procuradoria Geral da Unicamp manifestou-se, confirmando a possibilidade da revogação, ou seja, não há impedimento jurídico para tal revogação. Alguns professores e representantes dos estudantes, da Adunicamp, do STU e do Dieese também não perderam a oportunidade de manifestar-se favoravelmente à aprovação.

Quais foram os argumentos dos que defenderam a não revogação do título? Alguns manifestaram que preferiam que esse assunto não deveria ter surgido no Consu. Outros não gostariam de mexer no passado, como se fosse possível voltar ao passado e modificá-lo. Um representante docente citou os nomes dos diretores da Unicamp à época da concessão do título e disse que se sente pouco à vontade de anular um ato feito pelas pessoas citadas e, centrado no próprio umbigo, salientou que temos que fazer o que é melhor para a Unicamp. Outro representante docente, deixando claro que é um democrata, lembrou que a concessão do título ao coronel Jarbas Passarinho contou com o voto favorável

Qual foi a sua contribuição para receber tamanha honraria? O descaso com a educação básica durante o regime militar foi um erro mortal



de todos os membros do Conselho Diretor e, lógico, democraticamente, declarou o voto contrário à proposta de revogação do título. Um membro da administração da Unicamp falou que é “um assunto muito complexo”, lamentando que essa proposta tenha chegado ao Consu sem um consenso, expressando um profundo desconforto em votar o sim (revogase) ou o não (confirma o título), como se fosse normal “negociar questões de princípios e de ética”.

Acompanhando a discussão na gravação dessa reunião do Consu, nota-se que os membros que defenderam a revogação do título fizeram um esforço hercúleo no sentido de desconstruir os argumentos pela não revogação, com ótimas intervenções.

Por que então a revogação acabou não sendo aprovada? Acredito que a fala de um dos estudantes dá uma boa pista. Apelando, enquanto juventude, a todos os professores e conselheiros pela revogação do título, ele lembrou que a ditadura segue de maneira camuflada, ou melhor, mascarada. Quem tem sensibilidade e convive ou conviveu, na Unicamp, com “certos engenheiros” tem a dimensão exata do que ele está falando... Como “nem tudo que brilha é prata”, quero lembrar que o ex-deputado federal Rubens Paiva, uma das vítimas fatais do AI-5, era engenheiro, sendo inclusive homenageado recentemente no 10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros. Enquanto estamos envergonhados, pela não revogação do título do coronel Jarbas Passarinho, a Federação In-

terestadual de Sindicatos de Engenheiros e o Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro estão inaugurando o busto de Rubens Paiva na Praça Lamartine Babo, no Rio de Janeiro, em frente à antiga sede do DOI-CODI: “É para que nunca esqueçam do ato que fizeram”.

Aproveito a oportunidade para lembrar um trecho do discurso, como orador da turma,

de Rubens Paiva, na solenidade de colação de grau da Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie, em 22 de dezembro de 1954: “Engenharia é a arte de organizar e dirigir o trabalho do homem e utilizar os materiais e as energias da natureza em função do bem comum. Contribuindo para que rodem as novas turbinas e novos motores estaremos trabalhando diretamente para dar uma vida condigna ao povo brasileiro que não merece continuar abandonado à própria sorte...”. Com homens como este, compondo um governo democrático, aí sim, teríamos de fato um “Milagre Econômico Brasileiro” e, mais importante do que isso, associado a um “Milagre Social”. Se analisarmos as

contribuições de Rubens Paiva, como Cidadão Brasileiro e deputado federal, verificamos que, sem sombra de dúvida, ele fez por merecer um Título de Doutor Honoris Causa.

Espero que as vidas desse Grande Homem e de outras centenas de vítimas da Ditadura Militar não sejam em vão. Vamos fazer a nossa parte: lutar sem trégua pela revogação do título de Doutor Honoris Causa do Coronel Jarbas Passarinho e limpar a Unicamp de mais essa vergonha! ■

**A ditadura segue
de maneira
camuflada, ou
melhor,
mascarada.
Espero que as vidas
de centenas de
vítimas da
Ditadura Militar
não sejam
em vão**

Quando os “salvadores da pátria” são entreguistas e antidemocratas

Por Márcio Seligmann-Silva

Professor do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp

Recentemente, para nossa tristeza, algumas notícias despontam na mídia comprovando o quanto ainda não conseguimos, aqui no Brasil, superar os anos da ditadura. Aquela época terrível lança seus espectros sobre o presente. Primeiro, em seção de 5 de agosto deste ano, o Conselho Universitário da Unicamp negou-se a revogar o título de doutor honoris causa que havia sido concedido, em 1973, ao coronel Jarbas Passarinho, ex-ministro da educação do General Garrastazu Médici. Impactado com essa notícia, o renomado cientista Bernardo Boris Vargaftig, que esteve à frente do Instituto Pasteur e é um cientista internacionalmente reconhecido, recusou-se a “continuar a acompanhar o Coronel repressivo, ex-Ministro da Educação e responsável por tantos desmandos e arbitrariedades”. Transformando essa consternação em ação, ele devolveu à Unicamp um título idêntico, recebido por ele em 1991. Essa atitude de Vargaftig nos lava a alma, mas, infelizmente, os descalabros não pararam por aí.

Não bastasse isso, nesta semana, o ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal, determinou a suspensão das ações penais contra cinco militares acusados da morte do ex-deputado Rubens Paiva, ocorrida durante a ditadura. A Lei de Anistia (6.683/1979) foi utilizada como base para essa suspensão que, novamente, barra toda e qualquer tentativa de se levar a julgamento e de se tentar punir os algozes da época da ditadura. Cabe perguntar, até quando essa lei de Anistia vai ser aplicada como um

escudo protetor de torturadores? É consenso internacional que esse tipo de lei, sobretudo quando promulgada pelos algozes ou sob pressão desses, não deve ou pode bloquear ações jurídicas de crimes contra a humanidade, que são imprescritíveis. No Brasil, esse truísmo jurídico ainda não foi implementado.

Aquela época terrível lança seus espectros sobre o presente. Até quando essa lei de Anistia vai ser aplicada como um escudo protetor de torturadores?

Em outro evento lamentável recente, que comprova que ainda vivemos sob a égide dos valores que eram correntes na era ditatorial, um grupo de generais reformados publicou uma carta aberta destratando a Comissão Nacional da Verdade e reafirmando o suposto orgulho de ter salvo o Brasil. Pois bem, quando os que salvam são os mesmos que entregam o país às multinacionais e a um dos regimes mais autoritários e sanguinários de nossa história, fica complicado nos orgulharmos desses “salvadores”. Destaco aqui alguns dos argumentos “de peso” desses generais. A cegueira e a surdez assolam este país e precisamos falar alto e escrever em letras garrafais aquilo que muitos querem apagar da história.

Cito as palavras desses generais da referida carta: “Nós, que vivemos integralmente este período, jamais aprovamos qualquer ofensa à dignidade humana, bem como quaisquer casos pontuais que, eventualmente surgiram. [...] Os embates não foram iniciados por nós, pois não os desejávamos.”

Comento: É incrível, mas não devemos mais nos surpreender com nada a essa altura, como esses generais são “esquecidos”. Quem iniciou foi quem deu um golpe militar, destituindo um governo democrá-



tico legítimo e que procurava ampliar a democracia neste país, golpistas esses que prenderam milhares de opositores, torturaram e assassinaram os que se recusavam a os obedecer. Como assim, não aprovaram ofensa à dignidade humana? E as centenas de “desaparecidos”, vítimas do terror de Estado? Sem mais comentários.

Outra passagem da carta dos generais: “A credibilidade dessa comissão [da verdade] vai gradativamente se esgotando pelos inúmeros casos que não consegue solucionar, tornando-se não somente um verdadeiro órgão depreciativo das Forças Armadas, em particular do Exército, como um portal aberto para milhares de indenizações e ‘bolsas ditadura’, que continuarão a ser pagas pelo erário público, ou seja, pelo povo brasileiro.”

Comento: Se a Comissão Nacional da Verdade está voltada para a verdade, como afirma o seu nome, ela

não poderia se submeter ao ponto de vista daqueles militares que levaram a cabo o Governo de exceção e tampouco poderia ser um palanque para elogiar nossos autoproclamados “salvadores”. As maiores dificuldades dessa comissão advêm justamente do fato das Forças Armadas se negarem a cooperar e resistirem a apresentar os documentos referentes à era ditatorial. O que esses generais saudosistas da era de repressão e seus lacaios chamam de “bolsa ditadura” são indenizações legítimas às vítimas da ditadura que, de resto, são módicas diante da violência que essas pessoas sofreram. Grave é que todos os que foram torturadores e seus mandatários ainda sejam generosamente alimentados pelo Estado. Isso sim é um escândalo.

Que a essa altura esse tipo de discurso possa ser amplamente veiculado na nossa sociedade é tão absurdo quanto se um grupo de nazistas tivesse feito uma declaração saudosista ao regime de Hitler em 1975. Algo impossível de se imaginar. Por que isso, mutatis mutandis, é possível aqui?

Eu pretendia escrever sobre o vergonhoso capítu-



lo da história de nossa Universidade envolvendo o Conselho Universitário e sua recusa em suspender a homenagem a uma importante figura da ditadura, atitude que contradiz tudo aquilo que significa a Universidade. Isso em 2014, quase trinta anos após o fim daquela era de trevas. Mas acho que, ao aparentemente me desviar, escrevi sim sobre esse tema, chamando a atenção para a necessidade de lutarmos pela justiça, pela verdade e pela memória daquele passado que ainda nos domina. A impunidade com relação aos crimes cometidos pelo Estado e seus braços armados durante a ditadura alimenta uma cultura política elitista, antidemocrática e que semeia o esquecimento daqueles crimes. Uma boa maneira de iniciar uma nova cultura política é começar a corrigir nossos erros, revertendo essa política do esquecimento. No caso específico da Unicamp, ela deve iniciar revogando aquela concessão da mais importante honraria acadêmica que ela pode atribuir, que foi dada a um representante de um Governo antidemocrático e que ajudou a desmontar o sistema de educação pública neste país.

Em apreço a Zeferino Vaz

Por Adalberto B. M. S. Bassi

Professor do Instituto de Química (IQ) da Unicamp

Considero um passo muito importante e extremamente significativo, embora tardiamente efetuado, a criação, em todo o Brasil, das Comissões da Verdade. Suponho que, a estas Comissões, caiba exatamente o que se encontra declarado no título delas, ou seja, esclarecer a Verdade. Acredito que crimes como o de tortura não são passíveis de anistia. Logo, um dos vários frutos do trabalho destas Comissões deve ser a implementação das correspondentes ações criminais. Tudo isto é parte essencial do processo civilizatório em que o Brasil prossegue.

Não apenas a nível federal, estadual e municipal pede-se o estabelecimento destas Comissões, mas sim em todos os níveis para os quais isto se faça necessário, como, por exemplo, no nível de universidades. De fato, vale lembrar a nossa irmã USP, onde uma docente do Instituto de Química, campus Butantã, foi torturada e assassinada pela ditadura, mas a Congregação do Instituto, na época, não apenas omitiu-se, como também demitiu a professora por “abandono de emprego”.

Evidentemente, esta atitude da Congregação não refletiu a vontade dos seus membros de então, mas sim a extrema coação produzida por intenso e, infelizmente, plenamente justificado temor. De fato, represálias contra os membros da Congregação, o Instituto de Química e a USP seriam graves e inevitáveis, pois nada protegia a USP, assim como as demais universidades, da sanha da ditadura. Recentemente, a Congregação do Instituto de Química da USP prestou homenagem à memória da vítima e aos seus familiares, conforme amplamente divulgado pela imprensa.

Não é do meu conhecimento que na Unicamp, embora ela tenha sido fundada na época da ditadura, tenha ocorrido fato semelhante. Aliás, nem remotamente semelhante, dada a bestialidade do que aconteceu na USP e em outras universidades. Estou convencido de que este escudo, que protegeu a Unicamp, foi proporcionado por Zeferino Vaz. Estou, também, convencido de que ninguém, se não fosse pessoa de total confiança da ditadura, teria condições de proporcionar tal escudo. Ou seja, Zeferino Vaz soube utilizar a confiança nele

depositada pela ditadura não só para construir os fundamentais alicerces do que hoje é a UNICAMP, como também para proteger aqueles que nela trabalhavam, naquela época.

Evidentemente, conquistar e manter a confiança da ditadura, em benefício de um ideal, não era fácil, nem estava ao alcance de qualquer um, além de exigir muita coragem e abnegação. Desaprovar o que Zeferino Vaz tenha feito, para atingir sua superior meta, parece-me imensamente equivocado. Possuímos nós condições objetivas para afirmar que ele deveria ter agido de alguma outra forma? Tivesse ele agido de outra forma, teria ele conseguido construir tão bem colocados alicerces? Teria ele conseguido proteger das garras da ditadura os que trabalha-

vam na Unicamp? Será que, de fato, temos real noção das dificuldades enfrentadas por Zeferino Vaz, decorrentes das restrições impostas pela ditadura, cuja visão curta e preconceituosa é bem conhecida?

Tenho absoluta certeza de que qualquer desaprovação à atitude de Zeferino Vaz resulta apenas de desinformação, ou de informação errônea.

**Nada protegia
a USP, assim
como as demais
universidades, da
sanha da ditadura.
Este escudo,
que protegeu
a Unicamp, foi
proporcionado
por Zeferino Vaz**



O título de doutor “honoris causa” foi outorgado pelo Conselho Diretor da Unicamp de então. Mas o Conselho nutria profunda afinidade com o pensamento de Zeferino Vaz. Não há dúvida alguma de que a outorga não teria ocorrido se ela não refletisse a vontade de Zeferino Vaz. Por isto, não é correto deslocar a desaprovação, da figura do verdadeiro responsável pela outorga, para a do Conselho. Além disto, em nítido contraste com o ocorrido, por exemplo, na Congregação do Instituto de Química da USP, na época o Conselho Diretor da Unicamp votou, por unanimidade, aquilo que considerou correto votar, sem constrangimento algum.

Outro erro é concentrar a discussão em quem recebeu o título, como se Zeferino Vaz não estivesse bem informado sobre tal pessoa. De fato, Zeferino Vaz dispunha de firmíssimos princípios acadêmicos, como tão claramente demonstra a sua ação ao longo do período de implantação da Unicamp e, sem a menor dúvida, também dispunha de informações completas e claras sobre o agraciado. Portanto, todo o repúdio pela outorga do título deve ser do, única e exclusivamente, a Zeferino Vaz.

Mas a outorga do título foi apenas uma, entre inúmeras outras ações que ele praticou para atingir seus altos objetivos. A outorga é coerente e insere-se num amplo contexto que não faz sentido desaprovar de modo apenas pontual ou parcial. Logo, revogar a outorga do título corresponde a repudiar, no seu total, o modo como Zeferino Vaz agia. Posto isto, resta, então, somente uma pergunta: Zeferino Vaz merece tal repúdio? Em parágrafos anteriores, tentei mostrar que não merece.

Acaso descobriu-se algo encoberto, ou oculto na história da Unicamp? Não se trata de uma Ata desde sempre pública? O espanto de alguns, com a outorga, decorre de um conhecimento muito superficial da nossa história, ao que se alia uma feliz imensa diferença entre como é a vida, nos dias de hoje, e como era então.

Pergunto-me a quem terão sido entregues, unicamente por motivo de conveniência política ou de autodefesa,



Professor Zeferino Vaz

títulos análogos àquele em questão, em universidades e academias respeitadíssimas, ao longo do meio milênio de existência das mesmas, período este que inclui guerras atroz, revoluções sanguinárias, graves convulsões sociais etc.. Pergunto-me, também, se houve, nestas instituições, alguma revisão do tipo proposto ao Consu da Unicamp, ou seja, justificada pelo fato do título ter sido concedido por razões políticas ou de autodefesa e se, conseqüentemente, o título foi revogado. Finalmente, pergunto-me se alguém, ao ser-lhe hoje oferecida uma honraria por alguma destas instituições, procura tal informação e nela se baseia para aceitar, ou não, o título. Ao contrário do que aconteceu na USP, entre tantos outros possíveis exemplos, crimes hediondos praticados pela ditadura não foram cometidos na Unicamp, por mérito exclusivo de Zeferino Vaz. Enxovalhar imerecida-

mente a memória do nosso fundador seria uma grande lástima para a Unicamp. Menos graves do que isto, porém ainda negativas, foram algumas reações da comunidade externa à Unicamp, em relação à votação havida no Consu. Mas isto ocorreu não por falta de aviso, porque em reunião anterior do Consu um conselheiro alertou, de modo muito claro e explícito, de que era bem possível que o resultado viesse a ser o que de fato foi.

Fosse outro o resultado, a imediata repercussão externa teria sido melhor, porque, se muitos entre nós não conhecemos nossa própria história, imagine-se qual será o conhecimento da mesma, pela comunidade externa à Unicamp. Logo, seguramente a comunidade externa entenderia que a Unicamp vinha a público por querer

limpar seu passado, exatamente como fez o Instituto de Química da USP. Só que, pelo contrário, nós podemos nos orgulhar de ter sido uma das poucas guaridas para os que discordavam da ditadura.

Por isto, fosse outro o resultado, teríamos dado à comunidade externa a impressão de que precisamos nos desculpar, assim produzindo um falso e injusto demérito à imagem do nosso fundador e à própria história da Unicamp impressão esta que seria muito difícil de corrigir no futuro. Na escolha binária que foi imposta ao Consu, felizmente este optou por um momentâneo dano à imagem da Unicamp, o qual será bem mais fácil de reverter. Para isto, basta que haja um esforço para divulgar a Verdade. ■

ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze, às nove horas, reuniu-se o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas.

P251 L25 a P252 L2

O Conselheiro ADALBERTO BONO MAURIZIO SACCHI BASSI diz que entende muito claramente a manifestação do professor Ripper. Ingressou na Universidade em fevereiro de 1970, vindo do Rio de Janeiro. Não entrará em detalhes, mas afirma que não poderia ter ingressado em outra universidade que não fosse a Unicamp e se ela não tivesse como reitor o professor Zeferino Vaz. Entende que o professor Zeferino construiu, naquela época, sob um sistema extremamente repressivo, a melhor universidade do Brasil e uma das que mantiveram maior liberdade interna. Entende porque este campus se chama “Zeferino Vaz”, entende porque se empenharam para que a rodovia que dá acesso à Unicamp tivesse o nome de Zeferino Vaz. Pessoalmente, tem um sentimento de imenso respeito e agradecimento ao professor Zeferino. Não se sente bem em aprovar aqui algo que, evidentemente, critica uma ação do professor, porque se ele a praticou foi em benefício da Universidade. Concorda que hoje estão em tempos muito diferentes, entretanto é óbvio que algumas pessoas que hoje se manifestam aqui, corretamente, não viveram aqueles tempos. Não gostaria que se mexesse no passado. Saber do passado, como disse a professora Ângela, agora há pouco, saber o que aconteceu neste país, é fundamental, é a história, mas querer alterá-la é outro assunto. Para quem não o viveu, talvez seja muito compreensível. Quem o viveu sabe que algumas figuras foram muito importantes e não se deveria mexer na memória delas.

P271 L2 a P271 L5

O Conselheiro ADALBERTO BONO MAURIZIO SACCHI BASSI declara que votou contrariamente à revogação não como referendo, mas porque diversos membros aqui presentes, inclusive os que encamiñaram, se referiram a erro histórico, do que discorda profundamente.

TIPO A DITAD
VO NO PODI

Repercussões

Na Mídia

poder

50 ANOS DO GOLPE DE 1964

Unicamp mantém distinção a Jarbas Passarinho

LUCAS SAMPAIO
DE CAMPINAS

23/08/2014 © 02h00

[Acesse aqui para ler a notícia](#)

EPNOTÍCIA

Notícias Empregos Esportes Lazer e Cultura

Home >

Comentário(s)

Unicamp mantém honraria concedida a Jarbas Passarinho

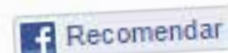
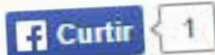
Moções assinadas por docentes pediam retirada de título concedido a ex-ministro do governo Médice

[Acesse aqui para ler a notícia](#)

Conselho Universitário da Unicamp não revoga título do coronel Jarbas Passarinho



ESCRITO POR CAIO N. DE TOLEDO
QUI, 07 DE AGOSTO DE 2014



[Acesse aqui para ler a notícia](#)

Na Mídia

RAC.com.br

Unicamp questiona título dado a ministro na ditadura

iG Paulista - 07/08/2014 - 09h51 |
Inaê Miranda | inaemiranda@rac.com.br

[Acesse aqui para ler a notícia](#)

G1 Na TV Esporte Trânsito Aeroportos Agenda de shows VC no G1

02/04/2014 15h16 - Atualizado em 02/04/2014 15h16

Moção pede que Unicamp reconheça erro por honraria a Jarbas Passarinho

Signatário do AI-5 recebeu título de 'Doutor Honoris Causa', em 1973. Filha do ex-ministro considerou iniciativa de revisão 'absurda' e 'estranha'.

[Acesse aqui para ler a notícia](#)

MENU

G1

CAMPINAS E REGIÃO



16/08/2014 14h34 - Atualizado em 16/08/2014 14h34

Docente devolve título após Unicamp manter honraria a Jarbas Passarinho

Para Bernardo Vargaftig, decisão comprova 'evolução retrógrada na política'. Título a signatário do AI-5 foi mantido por diferença de 1 voto em discussão.

[Acesse aqui para ler a notícia](#)

Cientista repudia decisão e renuncia ao título

Após a decisão do Conselho Universitário, que manteve a honraria concedida ao coronel Jarbas Passarinho, o professor e cientista Bernardo Boris Vargafitg – também homenageado pela Unicamp, em 1991, com a mesma honraria, decidiu renunciar ao seu título de Doutor Honoris Causa. Conheça, nas páginas seguintes, as razões da decisão de Vargafitg

ENTREVISTA

O professor e o cientista

Entrevista concedida por Bernardo Boris Vargaftig ao professor da Unicamp Caio Navarro Toledo e publicada originalmente no site jornalístico Viomundo

Por Caio Toledo
Professor do IFCH

Bernardo Boris Vargaftig (foto) é um cientista brasileiro que tem trabalhos científicos, na área da pesquisa farmacológica, reconhecidos internacionalmente. Este reconhecimento se manifesta por prêmios recebidos aqui e lá fora. No exterior, por exemplo, o Grande Prêmio do Institut Electricité Santé, em 1995, e Life Achievement Award - International Association of Inflammation Societies (LAIS), em 2005. No Brasil, em 2008, recebeu da Presidência da República a comenda da Ordem Nacional do Mérito Científico; em 1991, o título de Doutor Honoris Causa da Unicamp. Durante 25 anos, exerceu diversas funções, entre as quais a de Direção Científica na área de farmacologia do renomado Instituto Pasteur, Paris, França. Em meados de agosto de 2014, foi protagonista de um fato inédito na universidade brasileira: por meio de carta pública ao atual reitor da Unicamp renunciou ao título de Doutor Honoris Causa a ele outorgado por essa prestigiosa instituição de ensino público. Nesta entrevista, o professor Vargaftig nos informa sua trajetória científica, discute suas convicções sobre a relação ciência e sociedade capitalista, relata sua prisão pela ditadura militar (em 1964, na Faculdade de Ciências Médicas da embrionária Unicamp) e esclarece as razões da sua renúncia ao título Doutor Honoris Causa.



Caio N. Toledo — Em que circunstâncias se deu a outorga do título de Doutor Honoris Causa concedido ao senhor pela Unicamp, em 1991?

Boris Vargaftig — Lembro-me que a sugestão para que este título me fosse concedido veio do Departamento de Farmacologia da Faculdade de Medicina da Unicamp, que conhecia meus trabalhos porque compartilhávamos de interesse pelo tema da inflamação. Este departamento também reconhecia os esforços que eu fazia para acolher pesquisadores brasileiros em meu laboratório, então no Instituto Pasteur de Paris. Provavelmente, levaram em conta minha atividade científica, notadamente os trabalhos que conduziram à descoberta do modo de ação da aspirina



e dos demais anti-inflamatórios. Depois de ser informado que o departamento havia proposto que me fosse outorgado o título, nada mais soube até ser convidado à cerimônia de outorga, que se deu em 29 de agosto de 1991. Naquele momento, após discurso de bem-vinda, foi-me entregue pelo Reitor Professor Carlos Vogt um belo diploma. Agradei a honrosa distinção e fomos para casa.

Quais os seus vínculos anteriores com a Unicamp?

Formei-me na Faculdade de Medicina da USP em dezembro de 1963. Fui eleito orador da turma, mas meu discurso foi proibido pelo diretor da Faculdade, Professor Meira, um dos mais retrógrados membros do establishment. Curioso observar que, em 2013, 50 anos após a formatura, a leitura do mesmo discurso foi impedida pelo setor mais reacionário dos colegas durante a comemoração deste cinquentenário, pois impuseram um orador fundamentalista, que pronunciou um discurso extremamente exaltado, aos gritos, misto de cômico e trágico. Solicitei que a Congregação da Faculdade de Medicina reconhecesse a existência da censura de 1963, já que uma diretoria precedente havia “reabilitado” professores punidos pelos agentes uspianos da ditadura. Este pedido não recebeu até hoje resposta do atual diretor, professor Cerri. Como que a mesma mentalidade é compartilhada pelas figuras da atual direita medicinal...

Fiz meu internato durante o sexto ano do curso médico em parte no departamento de farmacologia da Faculdade, onde conheci um assistente que fazia pesquisa num departamento que era notoriamente desinteressado pela

Ao Professor Doutor José Tadeu Jorge
DD. Reitor da Universidade Estadual de Campinas
Cidade Universitária “Zeferino Vaz”
Rua da Reitoria s/n
Barão Geraldo, Campinas SP
CEP 13083-872

São Paulo, 11 de agosto de 2014

Senhor Reitor,

Tomei conhecimento da recusa do Conselho Universitário da Unicamp em anular o título de Doutor *Honoris Causa* que havia sido concedido ao Coronel Jarbas Passarinho em 1973, durante a ditadura militar, em condições que podemos imaginar. Em 1991, fui honrado por igual distinção pela Unicamp e guardei até o presente momento com gratidão esta lembrança (e o diploma assinado pelo Professor Carlos Vogt, Reitor de então). A recente recusa em anular a honraria outorgada ao ex-Ministro da Educação do governo do General Emilio Garrastazu Médici confirma a evolução retrógrada da política brasileira em curso, que as universidades públicas seguem, não só em relação ao exercício do direito de greve e à liberdade de manifestar, como também na manutenção de sua estrutura anti-democrática e nos processos (como estão em curso na USP), além de outras aberrações. A proposta de unidades de ensino dessa Universidade que visavam fazer justiça – já que outras medidas de justiça não ocorreram ainda – foi rejeitada por apenas um voto: 50 a 49 votos, mais 10 abstenções e 10 contrários. Certamente, uma nova discussão nesta mesma reunião - pela importância do tema - teria permitido reverter tal decisão.

Recuso-me a continuar a acompanhar o Coronel repressivo, ex-Ministro da Educação e responsável por tantos desmandos e arbitrariedades. Por essa razão, respeitosamente, comunico-lhe minha decisão de devolver o título de Doutor *Honoris Causa* que muito me honrou, mas a partir de agora passa a ser o contrário. Se não o fiz anteriormente, foi porque simplesmente ignorava que tal homenagem havia sido concedida a essa personagem da ditadura militar.

Com meus cumprimentos,

Bernardo Boris Vargaftig

Professor titular (aposentado), colaborador senior

Em documento encaminhado ao reitor José Tadeu Jorge, o professor Bernardo Boris Vargaftig comunica a decisão de devolver o título concedido a ele pela Unicamp

pesquisa. Tratava-se do Professor Oswaldo Vital-Brazil, homem de direita e de bem (é raro eu reconhecer estas qualidades no mesmo personagem). Embora informado de minhas opiniões que, em verdade ele desconhecia, mas abominava, Vital-Brazil me convidou a vir consigo e com mais dois colegas formar o departamento de farmacologia da então Faculdade de Ciências Médicas da então Universidade de Campinas.

Para lá fomos, abandonando eu o começo da residência em clínica médica. Trabalhamos muito, enquanto eu aguardava a aprovação da minha nomeação solicitada em torno de março



de 1964 (“sem problemas”, dizia o Professor Vital-Brazil, que havia falado com o democrata Zeferino Vaz, Presidente do Conselho Estadual de Educação e responsável pelos chamados Institutos isolados de ensino superior do Estado e com o outro democrata, Professor Mário Degni, diretor da Faculdade).

Fui detido dentro de sala de aula em 14 de julho de 1964, prisão que se prolongou por quase dois meses no navio “Raul Soares” na cidade de Santos, São Paulo. Neste intervalo, se bem me recordo de uma cronologia que vai distante, meu contrato de trabalho havia sido negado pelos democratas de serviço, apesar das garantias de boa fé do Professor Vital-Brazil, mortalmente ofendido pelo desrespeito à sua pessoa...

Foi então me concedida bolsa da FAPESP, graças ao apoio de seu então diretor científico, o honrado professor Alberto Carvalho da Silva (que havia sido perseguido e expulso da Faculdade de Medicina pelo grupo sanguíneo que tanto mal fez) e à fraterna insistência do professor Vital-Brazil. Rejeitado por Vaz, Degni e consortes, também não consegui emprego nos meses subsequentes. E decidi partir.

Desde a volta ao país, quais as suas atividades científicas e de docência?

Minha volta ao Brasil coincidiu com uma tragédia pessoal, a morte de minha esposa Aline. Os óbvios efeitos da doença, dos cuidados constantes indispensáveis, afastaram-me do projeto inicial de pesquisa que havia elaborado quando do concurso para professor titular no departamento de farmacologia do Instituto de Ciências Biomédicas da USP. Fui muito bem acolhido pelos membros deste departamento,

onde colaborei particularmente com um então jovem professor, Wothan Tavares de Lima, que compartilhava e ainda compartilha comigo de amizade e de interesses científicos. Trabalhamos juntos, publicamos e continuo a me beneficiar desta simpática acolhida. Dei aulas de graduação, embora consciente que minha formação na Europa havia contemplado quase que exclusivamente a pesquisa e o ensino de pós-graduação. Não acho que fui um

excelente professor e acredito que este sentimento realista é compartilhado por alguns alunos... De qualquer forma, neste intervalo reorganizei e reconstruí minha vida, tendo recebido uma ordem do mérito do governo brasileiro.

Que motivos o levaram a renunciar ao título de Doutor Honoris Causa concedido ao senhor, em 1991, pela Unicamp?

Muito simples.

Primeiramente, não queria prosseguir na coabitação forçada com um prescritor (a pessoa que prescreve) de maus tratos e assassinatos,

etc... Em seguida, para desaparecer chamando a atenção para a imensa anormalidade reinante, em que um trabalhador grevista ou manifestante é preso ao arripio da própria lei capitalista, enquanto um prescritor de brutalidade contra opositores políticos está livre e se justifica argumentando de um “acordo nacional” do qual a parte dominante redigiu as regras. Finalmente, acredito que a situação que criei poderá dar ensejo a manifestações do mesmo tipo, que resultariam na eliminação da impunidade.

Acredito que a situação que criei poderá dar ensejo a manifestações do mesmo tipo, que resultariam na eliminação da impunidade

Leia a entrevista na íntegra no site *Viomundo*:

<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/caio-toledo-entrevista-boris-vargaftig.html>



Comissão da Verdade elogia decisão



COMISSÃO DA
VERDADE E MEMÓRIA
Octávio Ianni

Prezado Prof. Bernardo Boris Vargaftig

Seu depoimento concedido à *Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni”*, em 16 de maio de 2014, foi de extrema relevância para os trabalhos da Comissão na medida em que contribuiu para esclarecer os fatos relativos à sua prisão, 50 anos atrás, num laboratório da Faculdade de Ciências Médicas da então Universidade de Campinas. Ressalte-se que este episódio (09/07/1964) – ainda inteiramente desconhecido pela comunidade acadêmica da Unicamp –, se constitui em peça importante para o Relatório Final de nossa Comissão. Recentemente, pois, tivemos também a oportunidade de apreciar sua consistente trajetória acadêmica, méritos científicos e sólidas convicções democráticas.

Hoje, ao tomarmos ciência de sua carta ao prof. José Tadeu Jorge, Reitor da Unicamp – na qual renuncia ao título *Doutor Honoris Causa* que foi lhe outorgado por esta universidade em 1991 –, ficamos honrados e agradecidos.

Honrados, pois pudemos ter o privilégio de conhecer um cientista que, diante de uma decisão acadêmica ultrajante, transformou sua indignação moral em destemido e lúcido ato público.

A Comissão também lhe é grata, pois seu desprendido gesto é muito valioso neste momento em que os setores democráticos do *campus* se empenham para revogar o título *Doutor Honoris Causa* de um alto dirigente da ditadura militar cuja vigência afronta todos os que prezam os direitos humanos, as liberdades democráticas e o pensamento crítico.

Campinas, 14 de agosto de 2014.

Maria Lygia Quartim de Moraes
Presidente da CVM “Octávio Ianni” da Unicamp



Secretaria Geral



Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
09 de outubro de 2014

QI.SG/CONSU-332/14

Prezado Senhor,

Em atenção à sua carta, datada de 11.08.2014, informo que o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, em sua 139ª Sessão Ordinária, realizada em 30.09.14, tomou ciência da devolução do Título de Doutor "Honoris Causa" outorgado a Vossa Senhoria por esta Universidade.

Atenciosamente,

LÊDA SANTOS RAMOS FERNANDES
Secretária Geral

*Consu
informa, em
carta lacônica
endereçada
ao professor
Bernardo
Boris
Vargaftig,
que "tomou
conhecimento"
da devolução
do título*

Ilmo. Sr.
Prof. Dr. BERNARDO BORIS VARGAFTIG
Rua. Luis Coelho, 114 apto 53
CEP 01309-000 – São Paulo - SP

Secretaria Geral – Unicamp
Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Bônus Geraldo, Campinas/SP
Cap. 13083-872. Telefone 19 3521-4950. Fax 19 3521-5287
<http://www.sg.unicamp.br>

ANEXO

Ata da reunião mostra o debate sobre as moções no Conselho Universitário

**ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.**

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze, às nove horas, reuniu-se o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, em sua sede, no prédio da Reitoria II, na Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, em Barão Geraldo, Campinas, sob a presidência do MAGNÍFICO REITOR, Professor Doutor JOSÉ TADEU JORGE, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Adalberto Bono Maurizio Sacchi Bassi, Adilton Dorival Leite, Adriana Zerlotti Mercadante, Alberto Soares da Silva, Alvaro Penteadó Crósta, Américo Garcia Filho, Antonio Carlos Bannwart, Bruno Ferrari Carvalho Costa, Caio José Colletti Negreiros, Cecília Santos Rodrigues, Claudia Maria Bauzer Medeiros, Cláudio José Servato, Denise Vazquez Manfio, Esdras Rodrigues Silva, Fernanda Aparecida Cintra, Fernando Sarti, Francisco de Assis Magalhães Gomes Neto, Francisco Hideo Aoki, Gabriela Zanotto Bosshard, Gastão Wagner de Sousa Campos, Gláucia Maria Pastore, Guilherme Araújo Wood, Icaro Diagonal Turci, Iuriatan Felipe Muniz, Ivan Felizardo Contrera Toro, Jacks Jorge Junior, Jessé Targino da Silva, João Batista de Miranda, João Ernesto de Carvalho, João Frederico da Costa Azevedo Meyer, João Raimundo Mendonça de Souza, Joaquim Antônio Graciano, Jorge Megid Neto, Jorge Sidney Coli Junior, José Antenor Pomilio, José Claudio Geromel, José Ellis Ripper Filho, José Geraldo Pena de Andrade, José Teixeira Filho, Julio Cesar Hadler Neto, Lauro Tatsuo Kubota, Léo Pini Magalhães, Luis Alberto Magna, Luiz Carlos de Freitas, Luiz Carlos Zeferino, Maria Silvia Viccari Gatti, Marisa Masumi Beppu, Matilde Virginia Ricardi Scaramucci, Miguel de Arruda, Newton Cesario Frateschi, Nicolas Ferreira da Silva, Nilo Sergio Sabbião Rodrigues, Paulo Mazzafera, Paulo Sérgio Franco Barbosa, Paulo Sérgio Graziano Magalhães, Paulo Sérgio Saran, Peter Alexander Bleinroth Schulz, Rachel Meneguello, Ricardo da Silva Torres, Roberto de Alencar Lotufo, Roberto Perez Xavier, Rodolfo Jardim de Azevedo, Sedi Hirano, Shirlei Maria Recco-Pimentel, Tatiane Martins Ribeiro, Teresa Dib Zambon Atvars, Tiago Novaes Angelo, Vivaldo Silveira Junior e Walkiria Hanada Viotto. Compareceram também o representante suplente dos servidores técnico-administrativos Roberto Carlos de Souza, os convidados especiais professores Angela Maria Carneiro Araújo, Armando José Geraldo, Carlos Eduardo Pereira, Ítala Maria Loffredo D’Ottaviano, Jurandir Zullo Junior, Osvaldir Pereira Taranto, Oswaldo da Rocha Grassiotto, Paulo César Centoducatte, Paulo César Montagner e Teresa Celina Meloni Rosa; o doutor Octacílio Machado Ribeiro; os senhores Antonio Félix Duarte, Clayton Bianchini Levy, Laurione Candido de Oliveira, Marcos Zanatta, Margarida Barbosa, Maria Aparecida Quina de Souza; a acadêmica Taís Sineiro Herig. Justificaram ausência à Sessão os seguintes conselheiros: Marcelo Knobel, sendo substituído pelo conselheiro Nilo Sergio Sabbião Rodrigues; Euclides de Mesquita Neto, sendo substituído pelo conselheiro Paulo Sérgio Graziano Magalhães; Luiz Fernando Milanez, sendo substituído pelo conselheiro Luiz Carlos Zeferino; Silvio Antonio Sachetto Vitiello; Juliana Silva Alves, sendo substituída pela conselheira Tatiane Martins Ribeiro; Lígia Carrasco Silva, sendo substituída pelo conselheiro Nicolas Ferreira da Silva; Mariana

1 Zuaneti Martins; e Claudiney Rodrigues Carrasco. Havendo número legal, o MAGNÍFICO
2 REITOR dá início à Centésima Trigésima Oitava Sessão Ordinária do Conselho Universitário
3 da Universidade Estadual de Campinas, submetendo à apreciação a Ata da Centésima
4 Trigésima Sétima Sessão Ordinária, realizada em 27 de maio de 2014. Consulta se há
5 observações. Não havendo, submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 4
6 abstenções. Informa que há as seguintes Atas para ciência: Ata da Assembleia Universitária
7 Extraordinária para Outorga do Título de Doutor “Honoris Causa” ao Professor Doutor Ettore
8 Finazzi-Agrò e Ata da Assembleia Universitária Extraordinária para Outorga do Título de
9 Professor Emérito ao Professor Doutor Antonio Carlos Boschiero. Em seguida, oferece as
10 boas-vindas aos diretores que participam pela primeira vez do Conselho Universitário: o
11 professor Lauro Tatsuo Kubota, novo diretor do IQ, que iniciou o seu mandato no dia 26 de
12 junho, tendo como diretor associado o professor Carlos Henrique Inácio Ramos; professor
13 Ivan Felizardo Contrera Toro, novo diretor da FCM, cujo mandato teve início no dia 04 de
14 julho, tendo como diretor associado o professor Roberto Teixeira Mendes, que solicitou o
15 desligamento da representação docente, passando a titularidade, no Consu, ao professor Julio
16 Cesar Hadler Neto; ao professor Newton Cesario Frateschi, novo diretor do IFGW, cujo
17 mandato se iniciou no dia 18 de julho, tendo como diretor associado o professor Luís Eduardo
18 Evangelista de Araujo; ao diretor *pro tempore* da Faculdade de Ciências Farmacêuticas,
19 professor João Ernesto de Carvalho, que tem como diretora associada a professora Célia
20 Regina Garlipp. Também oferece as boas-vindas ao novo superintendente do HC, professor
21 João Batista de Miranda, cujo mandato se iniciou no dia 23 de junho. Em seguida, passa a
22 palavra aos membros inscritos no Expediente. O Conselheiro JOSÉ ELLIS RIPPER FILHO
23 diz que o primeiro item da Ordem do Dia é extremamente importante e exige quórum
24 qualificado. Propõe que se faça uma pequena inversão da pauta para que discutam esse item e
25 depois voltem para o Expediente. O MAGNÍFICO REITOR diz que de sua parte não há
26 problema, mas precisa submeter a proposta ao Conselho, sendo aprovada com 1 voto
27 contrário e 2 abstenções. Inicia, portanto, a discussão do item 1 da Ordem do Dia, que trata da
28 proposta apresentada pela congregação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
29 revogação do Título de Doutor “Honoris Causa” concedido ao então Ministro da Educação
30 senhor Jarbas Passarinho em reunião do Conselho Diretor em 30.11.73. O item está destacado
31 na pauta por exigir quórum qualificado. Há manifestações das congregações do IFCH, do IA,
32 da FE e do IEL. O parecer da PG foi distribuído no início da reunião pela Secretaria Geral.
33 Solicita que o professor Jorge Coli faça os esclarecimentos iniciais. O Conselheiro JORGE
34 SIDNEY COLI JUNIOR diz que esta proposta tem uma pequena história em dois tempos.
35 Primeiro houve o encaminhamento à congregação do IFCH de uma moção do professor Caio
36 Navarro de Toledo que, inspirada nos trabalhos da Comissão da Verdade, propunha que a
37 Universidade reconhecesse o erro cometido, que a homenagem ao coronel Passarinho era
38 impropriedade do ponto de vista da sua caracterização acadêmica, universitária e,
39 evidentemente, também política. Considera que o raciocínio é justo, na medida em que podem
40 compreender razões circunstanciais e políticas de época, podem entender, humanamente, que,

1 por estratégia, certas escolhas tenham sido feitas no passado, mas que, hoje, quando se vive
2 em um estado de direito, a situação mudou e se pode refletir sobre esse passado. Esclarece
3 que não se trata, de maneira nenhuma, de apagar esse passado; não se trata de revisionismo.
4 Esse passado continua presente, continua atuante na história da Unicamp. Trata-se
5 simplesmente de, no momento em que vivem e nas condições que possuem de reflexão, se
6 voltarem para esse passado e perceberem que foi cometido um erro. Esse foi o primeiro tempo
7 da proposta encaminhada à congregação do Instituto. No debate da congregação, a proposta
8 evoluiu para uma outra posição que é a que está sendo trazida aqui. Já que, legitimamente,
9 esse título foi concedido de maneira im procedente, porque estavam em jogo argumentos que
10 eram decorrentes de uma determinada situação, de determinadas circunstâncias, estratégias,
11 mas não da qualidade intrínseca, seja acadêmica, seja política, seja humana do homenageado,
12 acredita que não há razões para que esse título não possa ser retirado. E foi essa a proposta
13 que venceu na congregação do IFCH. Reitera que a revogação não significa apagar um
14 episódio anterior, mas escrever um novo episódio dentro da história da Unicamp. Parece-lhe
15 que dentro do espírito de elucidação histórica, de posição democrática, é uma postura que se
16 justifica. Solicita a palavra à professora Ângela Araujo, que faz parte da Comissão da
17 Verdade e Memória “Octavio Ianni”, aqui da Unicamp. Receberam o apoio de diversas
18 comissões da verdade do Brasil todo e gostaria que ela, em nome da Comissão, também se
19 manifestasse. A Professora ÂNGELA MARIA CARNEIRO ARAUJO diz que representa aqui
20 a Comissão da Verdade e Memória “Octavio Ianni”, substituindo a coordenadora da
21 comissão, que é a professora Maria Lygia Quartim de Moraes, que hoje se submete a uma
22 cirurgia e por isso não pôde comparecer. Irá relatar brevemente o trabalho que vem sendo
23 realizado pela Comissão, e que a leva a apoiar essa moção do IFCH e das outras
24 congregações. Receberam, também, o apoio de comissões da verdade das seguintes
25 universidades: UnB, UFRJ, Unesp, Ufes, Unifesp, UFPR e PUC-São Paulo. Encaminhará à
26 Mesa essas moções. As comissões da verdade das universidades estão se empenhando em
27 apoiar esse caso porque elas têm descoberto um conjunto substantivo de atos realizados
28 durante a ditadura militar, seja por intervenção direta dos governos militares, seja pelas
29 atitudes discricionárias dos gestores administrativos dessas universidades, durante aquele
30 período. Na Unicamp, foram identificados casos, que constarão do relatório final da
31 Comissão, de docentes que foram demitidos por divergência com os diretores de suas
32 unidades; há um caso, por exemplo, na Faculdade de Educação. Chama a atenção dos
33 conselheiros e da Mesa, porque a decisão de conceder o título ao coronel Jarbas Passarinho –
34 forte apoiador do regime, então ministro da Educação e que já havia sido ministro do
35 Trabalho – possui uma injunção e um contexto político muito importantes. Em 1973, estava
36 em vigor o governo do general Garrastazu Médici, um dos governos mais fortemente
37 autoritários e repressivos do regime militar. Então, a impressão que provoca a leitura da Ata
38 da sessão que aprovou a concessão do título, anexada à pauta, é de que há uma fala política do
39 reitor, naquele contexto, e apenas um membro do Conselho se manifesta, o diretor da então
40 Faculdade de Tecnologia de Alimentos, professor André Tosello, relatando que a Faculdade

1 devia ao ministro o esforço empreendido para o seu reconhecimento. Então, naquele contexto
2 autoritário em que todos temiam as consequências que poderiam advir de determinados atos, a
3 aprovação da concessão desse título de Doutor “Honoris Causa” ao coronel Jarbas Passarinho
4 pode ter causado um enorme constrangimento ao conjunto dos conselheiros. A aprovação
5 unânime, sem qualquer manifestação, a não ser desse único diretor, que não foi eloquente,
6 inclusive, na defesa do título, indica que aquela foi uma situação de grande constrangimento e
7 quase que de uma imposição que vinha de cima para a concessão desse título. Portanto, se são
8 essas as circunstâncias, esse é um elemento que não condiz com a tradição e com a trajetória
9 democrática de excelência e de respeito à qualidade do ensino e da pesquisa que tem a
10 Unicamp. É por essa razão que a Comissão da Verdade da Unicamp apoia fortemente essa
11 moção. Foi incumbida de manifestar aqui essa posição, e chama a atenção dos conselheiros
12 para o parecer da Procuradoria Geral, que no seu item 21 afirma: “Ademais, em que pese ter
13 sido concedido em 1973, o título produz efeitos até os dias de hoje, de modo que é possível a
14 sua eventual revogação.” Além disso, o parecer ainda traz a informação de que essa possível
15 revogação não irá ferir direito adquirido, o que poderia ser um elemento que dificultasse a
16 aprovação por este Conselho. Portanto, segundo a PG, não há qualquer impedimento para que
17 esse título seja revogado, já que ele é um ato apresentado de forma discricionária pelo reitor
18 daquele momento e aprovado pelo então Conselho Diretor. Então, da mesma forma como
19 aprovou a concessão, ele pode aprovar a revogação do título, como demonstra este outro
20 trecho do parecer: “(...) o pedido de revogação do título de Doutor ‘Honoris Causa’ concedido
21 a Jarbas Passarinho poderá ser submetido ao Conselho Universitário, que poderá deferi-lo
22 mediante decisão motivada e aprovação de dois terços de seus membros (...)”. Portanto,
23 chama a atenção para os fatores envolvidos nesta solicitação, que estão relacionados ao
24 trabalho que tem sido realizado nas universidades brasileiras no sentido de rever todos os
25 elementos ligados à ditadura – e não é por outra razão que a Unicamp, neste momento, tem
26 uma comissão revisora dos seus Estatutos, exatamente com a ideia de limpá-los, assim como
27 outros documentos, de elementos impostos pela ditadura. Então, em conjunto com a revisão
28 dos Estatutos, esta solicitação é mais um fator importante deste momento democrático e que,
29 inclusive, permite a existência e a presença das comissões da verdade. O Conselheiro JOSÉ
30 ELLIS RIPPER FILHO diz que ficou surpreso quando esse assunto foi encaminhado ao
31 Consu, porque esteve bastante envolvido com a Administração da Universidade no início da
32 década de 1970, e não se lembrava da concessão desse título. Entretanto, ao consultar a data
33 da cerimônia, recordou-se que estava em licença, nos Estados Unidos, onde tinha ido
34 acompanhar a operação de sua filha. Na época, não havia internet, a comunicação era difícil, e
35 quando voltou ninguém se lembrou de mencionar o assunto para ele, de forma que tomou
36 conhecimento dele apenas agora. Destaca que a Unicamp foi a única universidade pública do
37 Brasil em que o Sistema Nacional de Informações – SNI não atuou vetando contratação de
38 professores. Isso permitiu o ingresso de várias pessoas que foram extremamente influentes
39 para o sucesso da Universidade, incluindo a cúpula da Economia no país, que era toda vetada,
40 com nomes como José Serra, Luiz Gonzaga Belluzzo, João Manuel Cardoso de Mello, o que

1 certamente também ocorreu em outros institutos e faculdades. O professor Zeferino Vaz
2 defendia fortemente a Unicamp de qualquer tipo de interferência advinda de acusações feitas
3 pelo SNI. Recentemente, soube da história de um professor amigo seu, somente agora
4 revelada: na época, a Reitoria ainda não funcionava no *campus*, e o professor Zeferino soube
5 que o SNI vinha prender esse professor. Ele veio para cá e disse para o pessoal do SNI que o
6 professor não seria preso. Eles responderam que tinham ordem de um general para efetivarem
7 a prisão, ao que o professor Zeferino revidou que não permitiria que cumprissem a ordem, e
8 que poderiam levá-lo preso por isso. O agente desistiu e depois esse amigo foi convocado
9 como testemunha, mas o professor Zeferino já havia contratado um advogado militar para
10 defendê-lo. Esse amigo relatou que se o professor Zeferino não tivesse aparecido ali, naquele
11 momento, provavelmente eles não teriam se conhecido. A Universidade contratava
12 aposentados do SNI como professores titulares, que tinham, na época, um salário certamente
13 bem razoável, bem maior que a aposentadoria deles. E esse pessoal dava apoio. E não tem a
14 menor dúvida de que esse título concedido ao coronel Passarinho fez parte desse esquema; o
15 professor Zeferino era extremamente cioso dos títulos de Doutor “Honoris Causa”. E além de
16 ninguém ter comentado com ele sobre o assunto, nunca ouviu o próprio coronel mencionar
17 esse título. Acredita que nem ele mesmo tenha levado muito a sério esse diploma. Confessa
18 que teria muito mais satisfação se esse pedido de revogação tivesse ocorrido 30 anos atrás,
19 quando o país voltou à democracia, e não somente agora. Coloca-se à disposição da Comissão
20 da Verdade da Unicamp, já que, tendo participado desse processo na Universidade, possui
21 bastante informação. Por fim, afirma que solicitou a inversão da pauta porque considera que o
22 assunto deveria ser debatido, e com o máximo de quórum possível, não somente os dois terços
23 necessários. Pessoalmente, preferiria que a questão não tivesse surgido, tivesse sido
24 esquecida, como estava esquecida até agora, após mais de 40 anos. Mas, uma vez que surgiu,
25 acha que não podem deixar de agir sobre ela. O Conselheiro ADALBERTO BONO
26 MAURIZIO SACCHI BASSI diz que entende muito claramente a manifestação do professor
27 Ripper. Ingressou na Universidade em fevereiro de 1970, vindo do Rio de Janeiro. Não
28 entrará em detalhes, mas afirma que não poderia ter ingressado em outra universidade que não
29 fosse a Unicamp e se ela não tivesse como reitor o professor Zeferino Vaz. Entende que o
30 professor Zeferino construiu, naquela época, sob um sistema extremamente repressivo, a
31 melhor universidade do Brasil e uma das que mantiveram maior liberdade interna. Entende
32 por que este *campus* se chama “Zeferino Vaz”, entende por que se empenharam para que a
33 rodovia que dá acesso à Unicamp tivesse o nome de Zeferino Vaz. Pessoalmente, tem um
34 sentimento de imenso respeito e agradecimento ao professor Zeferino. Não se sente bem em
35 aprovar aqui algo que, evidentemente, critica uma ação do professor, porque se ele a praticou
36 foi em benefício da Universidade. Concorde que hoje estão em tempos muito diferentes,
37 entretanto é óbvio que algumas pessoas que hoje se manifestam aqui, corretamente, não
38 viveram aqueles tempos. Não gostaria que se mexesse no passado. Saber do passado, como
39 disse a professora Ângela, agora há pouco, saber o que aconteceu neste país, é fundamental, é
40 a história, mas querer alterá-la é outro assunto. Para quem não o viveu, talvez seja muito

1 compreensível. Quem o viveu sabe que algumas figuras foram muito importantes e não se
2 deveria mexer na memória delas. O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES diz que há dois
3 momentos a serem analisados em relação a esta questão. No momento presente, não passaria
4 pelo pensamento de ninguém propor ou reafirmar esse título então oferecido. Foi bastante
5 proveitoso ouvir o professor Ripper, que já era professor naquela época. Solicitou a Ata mais
6 completa daquela sessão extraordinária para saber exatamente que conselheiros dela
7 participaram, e apurou os nomes constantes da Ata original. Havia, ainda, outros professores
8 presentes, que não eram membros do Conselho Diretor. Sente-se muito pouco à vontade para
9 anular um ato aprovado por essas pessoas. Se estivessem discutindo a reafirmação desse
10 título, obviamente votaria contrariamente. No item 18 do Parecer PG, consta: “O ato também
11 deve estar produzindo efeitos, não podendo ter se exaurido, já que a revogação não é
12 retroativa.” Dessa forma, entende que a proposta é pela revogação do título de Doutor
13 “Honoris Causa”. Essa é uma questão bastante complexa, porque traz ao presente um
14 raciocínio que se produziu no passado. Citou e leu os nomes dos conselheiros presentes
15 naquela sessão – e fez questão de fazer isso, embora não estivesse entre o material entregue –
16 para entender o tipo de constrangimento que um Conselho Diretor poderia ter para aprovar o
17 assunto. Aquelas pessoas acreditavam que, naquele momento, era o melhor a fazer pela
18 Universidade, e estão discutindo aqui também o que é melhor para a Unicamp. Realmente se
19 encontra dividido, porque conheceu diversas das pessoas que acabou de listar e as respeita
20 profundamente, pois todas elas trabalharam muito para o sucesso da Universidade. Não
21 gostaria de, através de um ato seu, colocar qualquer pecha nessas pessoas, por isso está
22 refletindo sobre seu posicionamento. O Conselheiro IURIATAN FELIPE MUNIZ diz que o
23 esforço que é feito no Brasil, hoje, de revisitar o período da ditadura, está atrasado. O período
24 da ditadura, com toda sua truculência, para muitas pessoas é um tempo de trevas na história
25 do Brasil. Nada é muito claro, muitas pessoas se sentem desconfortáveis ao analisar esse
26 passado vilipendiado quando da discussão das reaberturas democráticas no país e perceber
27 que a ditadura não era tão militar assim, era uma ditadura civil militar que se reformulou.
28 Existe a célebre frase de que “tudo mudou para se manter como estava”, e muitos poderosos
29 daquele período continuaram determinando o desenvolvimento do Brasil, mesmo após a
30 redemocratização. Participa de um setor social que coloca diversas críticas ao processo todo,
31 ou seja, mesmo na Comissão da Verdade esses esforços não estão sendo trabalhados com a
32 contundência de quem deseja acabar com o autoritarismo nas relações políticas da
33 democracia. Entretanto, essas críticas não impedem que esse trabalho, mesmo em questões
34 simbólicas, em questões que poderiam ser mais aprofundadas, traga frutos interessantes.
35 Considera esta reflexão aqui muito interessante. Apesar de terem referências em diversas
36 figuras responsáveis pela construção do passado, não enxerga como atribuir mais uma vez o
37 título de Doutor “Honoris Causa” a alguém que não possui uma causa honorável. É preciso
38 entender qual exatamente é a *honoris causa* do ex-ministro Jarbas Passarinho. Precisou se
39 ausentar da reunião por um período, mas imagina que algumas intervenções tenham deixado
40 clara a relação do coronel com aquele regime, um coronel que com todas as letras mandou às

1 favas os escrúpulos da consciência. E não podem dizer que essa atitude reflete no espírito de
2 construção da Unicamp apenas, porque o que estão discutindo agora passará como exemplo à
3 juventude e a todos os que estão revisitando o período histórico. E isso não é, como iniciou
4 falando, um ponto muito passível. Foi o Facebook, pouco tempo atrás, que denunciou que na
5 página do Governo do Estado os acontecimentos de 1964 eram tratados como uma revolução,
6 algo que, certamente, serviu para frear as pressões populares, a participação política de uma
7 juventude que exigia mudanças, de um Brasil que, naquele momento, colocava suas premissas
8 para poder mudar, assumir uma postura crítica. E foi a ditadura militar que fez um processo
9 de conservação da postura submissa das diretrizes políticas, freou a postura dos brasileiros
10 pela força das armas e do autoritarismo. Àqueles que se sentem desconfortáveis em alterar o
11 passado para preservar os seus totens, não cabe a responsabilidade de decisão neste Conselho.
12 Herdaram um passado, e por isso mesmo devem estudá-lo criticamente para decidir um
13 futuro. Por estarem aqui exercendo a opinião nesta decisão, possuem a incumbência de
14 enfrentar a necessidade de alterar o passado. Votar contra a retirada desse título é reafirmar o
15 título de Doutor “Honoris Causa” ao ex-ministro Jarbas Passarinho. Durante a gestão do
16 ministro, enquanto perdurou o AI-5, mais de cem dirigentes sindicais foram destituídos, e não
17 é esse o exemplo que desejam oferecer para os rumos da educação. A universidade pública no
18 Brasil, diferente da universidade pública em outros países, tem uma relação muito próxima
19 com o esforço do Estado, e ela não foi exatamente desenvolvida anexa à atividade econômica
20 das grandes indústrias; aqui a construção da Universidade é um esforço que depende do
21 Estado, sendo que é preciso criticar a postura dos dirigentes, porque ela está relacionada aos
22 rumos que a educação está tomando. A universidade brasileira não é somente um espaço
23 acadêmico, é um espaço de serviço público, de democratização da ciência e do conhecimento,
24 portanto, não é possível fingir que a Unicamp não tem nada a ver com aquele regime e
25 reatribuir o título ao coronel. As opiniões e o direito ao protesto estão sendo cerceados no
26 país, o estado de exceção foi implementado. Há, por exemplo, em Campinas, estudantes
27 sendo perseguidos porque lutaram contra o aumento da passagem de ônibus no ano passado,
28 porque solicitaram CPI, investigação das contas, e isso foi ignorado pelo poder político. Esses
29 estudantes estão sendo processados, como se buscar participação política fosse crime. Aqueles
30 que se posicionaram contrariamente a um grande evento articulado pelos grandes
31 negociadores do país estão sendo perseguidos, estão tendo as suas casas visitadas, há pessoas
32 pedindo asilo político em outros países. Retomando, neste momento a confirmação do título
33 seria uma catástrofe para qualquer intenção democrática que pretendam reafirmar, com toda
34 ciência e toda a posição crítica que a Unicamp exalta ter como tradição. Então, a postura aqui
35 não deve ser outra, esta Casa tem a responsabilidade de retirar esse título. Sua fundamentação
36 é questionável, não estava exatamente clara a causa nobre que o senhor Jarbas Passarinho
37 estava defendendo. O Conselheiro ICARO DIAGONEL TURCI diz que concorda totalmente
38 com o que falou o conselheiro Iuriatan. É importantíssimo que este Consu consiga romper os
39 laços que a Universidade ainda possui com esse passado, que é um momento nefasto na
40 história do país, um passado de uma ditadura sangrenta, que deixou entre mortos e

1 desaparecidos centenas, senão milhares de pessoas. Uma ditadura que revogou totalmente os
2 direitos das pessoas e que esteve presente dentro da universidade. Os estudantes possuem um
3 olhar muito crítico a esse momento e vêm organizando nesse ano, que é um ano simbólico, o
4 ano da “anticomemoração” dos 50 anos do golpe militar. O posicionamento dos estudantes é
5 unânime em considerar que esse título que o coronel Jarbas Passarinho recebeu é um absurdo.
6 Fez uma busca rápida na internet e encontrou uma entrevista dele na revista *IstoÉ*, em 2007,
7 cujo título foi: “Faria tudo de novo”. Então, foi esse tipo de pessoa que esta Universidade
8 homenageou no passado, o tipo de gente a quem ofereceu a maior honraria que se pode
9 oferecer. Então, é essencial que a Unicamp, que é um local onde conseguem fomentar a
10 discussão crítica sobre o passado, retire esse título e consiga superar vários outros momentos
11 desse passado que ainda estão presentes. Ressalta que, inclusive, a falta de democracia que às
12 vezes ocorre na Universidade é fruto desse período. O conselheiro Iuriatan citou agora os
13 processos contra os ativistas que estão fazendo luta social, luta contra o aumento da passagem
14 ou contra a Copa, que os governos não estão querendo mais revisitar de maneira crítica. É
15 importante que a Unicamp se posicione firmemente contra esses atrasos que sempre retornam.
16 Que este Conselho, que inclusive há pouco mais de oito meses discutiu sobre a Polícia Militar
17 também, possa discutir e conseguir “limpar” o nome da Unicamp desse passado ou, pelo
18 menos, chegar perto disso. O Conselheiro JORGE MEGID NETO diz que irá se manifestar
19 favoravelmente à revogação desse título, em função dos textos que embasam a pauta e
20 também de alguns comentários que foram trazidos pelos conselheiros. Inicia retomando uma
21 premissa que consta do texto da congregação da Faculdade de Educação: “(...) a honestidade
22 intelectual é imperativa nas atividades acadêmicas, entendemos que os recursos teóricos da
23 crítica e da autocrítica devam ser permanentemente exercidos (...)” Considera que são
24 respeitosos com a questão da revisitação do passado em relação à memória de vários dos
25 conselheiros que participaram daquele momento e, principalmente, da figura do professor
26 Zeferino Vaz, e isso não significa que atos eventuais realizados por esses personagens não
27 possam ser elementos de crítica e autocrítica; possuem esse dever enquanto Instituição. O
28 texto da congregação do IFCH destaca fortemente algo que o aflige enquanto pesquisador da
29 área de Educação, que dentre os argumentos que justificaram a concessão do título ao senhor
30 Passarinho, está o de que ele foi o mais brilhante educador dos últimos 40 anos, antes daquele
31 período. Isto é um absurdo, se pensarem em termos da história da educação no Brasil, colocá-
32 lo como o mais brilhante, acima de Florestan Fernandes, Anísio Teixeira e vários outros. É
33 inconcebível pensar a figura do coronel Jarbas Passarinho nesses termos, como o mais
34 brilhante educador ou gestor educacional daquele período. Além disso, há tudo o que foi
35 afirmado na moção da congregação do IFCH a respeito da perseguição que o coronel Jarbas
36 Passarinho fazia não somente às ações democráticas, mas à escola pública e à escola
37 democrática. Então, em função principalmente desses aspectos que o afligem muito
38 particularmente e considerando que essa revogação para ele não fere a memória de vários dos
39 conselheiros da época, principalmente a do professor Zeferino Vaz, a quem respeita e a todas
40 suas ações realizadas aqui, manifesta-se favoravelmente a esse pedido de revogação. O

1 Conselheiro JORGE SIDNEY COLI JUNIOR diz que ouviu tanto os argumentos contrários
2 como os favoráveis. Os contrários são muito compreensíveis e respeitáveis, sem dúvida
3 alguma. Enfatiza um ponto que expôs de maneira genérica em sua fala inicial, de que são
4 perfeitamente compreensíveis as circunstâncias, a estratégia que, em 1973, levaram o então
5 Conselho Diretor a outorgar o título de Doutor “Honoris Causa” ao coronel Passarinho. E ao
6 contrário de um ataque ao professor Zeferino Vaz, assim como aos ilustres nomes que o
7 professor Léo Pini levantou aqui, parece que este Conselho, em certa medida, está
8 implicitamente prestando uma homenagem. Aliás, poderiam explicitar essa homenagem no
9 próprio texto, porque eram as circunstâncias e foi graças a essa habilidade política que a
10 Unicamp pôde se constituir. Então, de maneira nenhuma a intenção da moção do IFCH é
11 atacar nem o professor Zeferino Vaz nem o Conselho daquela época. Insiste que podem fazer
12 uma homenagem, porque foram eles que criaram a Unicamp que, hoje, pode voltar-se para o
13 passado, refletir sobre ele e propor uma nova postura diante daquela homenagem prestada. O
14 professor Léo Pini colocou que eles fizeram, à época, aquilo que era o melhor para a
15 Unicamp, e concorda com isso. Mas acha que precisam fazer, agora, aquilo que é melhor para
16 a Unicamp, hoje. Está claro que estão no campo do simbólico; um doutorado “Honoris
17 Causa” é um símbolo, não é algo efetivo, é, de fato, uma homenagem. E já que estão no
18 campo do simbólico e que precisam reiterar posições democráticas e se afastar cada vez mais
19 do autoritarismo passado, a aprovação desse símbolo vai ser de extrema importância. O
20 professor Bassi disse que não deveriam alterar o passado e o conselheiro Iuriatan colocou o
21 contrário. Afirma que gostaria de poder alterar o passado, inclusive o seu próprio, em várias
22 coisas, mas isso é impossível. O passado vai continuar aquele que era; estão escrevendo um
23 presente, hoje. E é esse o sentido da moção do IFCH. Dessa maneira, propõe que incluam um
24 texto colocando o respeito deste Conselho Universitário pela atitude daquele Conselho Diretor
25 e do professor Zeferino Vaz, naquela época, por razões de circunstâncias, por razões políticas,
26 mas que, hoje, podem atuar de maneira diferente. O Conselheiro JOSÉ CLAUDIO
27 GEROMEL diz que foi muito boa a proposta do professor Ripper de alteração da pauta, para
28 que este tema possa ser discutido abertamente e as opiniões de todos aqui sejam colhidas,
29 explicitadas, porque é absolutamente importante tornar claros todos os pontos de vista nesta
30 oportunidade. No momento da grande ênfase democrática em que vivem, não lhe parece que
31 seja bom dizer que este ou aquele conselheiro teria uma postura correta se votasse de
32 determinada forma. Não há postura correta. Há opiniões a serem respeitadas e é a opinião da
33 maioria aqui presente que decidirá a respeito do tema que estão enfrentando. Colocará
34 claramente sua posição a este respeito. Trata-se de um voto que irá proferir com convicção,
35 mas com imensa dificuldade e preocupação. É um democrata, como aprendeu no seio desta
36 Universidade; abomina ditaduras, tanto de direita quanto de esquerda, abomina qualquer
37 cerceamento à liberdade e qualquer tipo de restrição ao livre pensar; em suma, defende a
38 democracia, o estado de direito e a transparência total de informação e de atos. Nesse
39 contexto, acha que as Comissões da Verdade têm importante papel em disseminar
40 informações históricas sobre o que ocorreu durante a ditadura militar que se abateu sobre o

1 país, há 50 anos. Neste plenário, elogiou o senhor Reitor quando a Comissão da Verdade e
2 Memória “Octavio Ianni” foi aqui criada, não apenas por suas atribuições, mas também por
3 sua singular e representativa composição. A concessão de título de Doutor “Honoris Causa”
4 ao senhor Jarbas Passarinho é um fato histórico, ocorreu, foi concedido em reunião do
5 Conselho Diretor ocorrida em 30 de novembro de 1973, por proposta do então reitor, que
6 contou com o voto favorável de todos os presentes. Lá estavam professores eminentes,
7 diretores de unidades de ensino e pesquisa que contribuíram de forma absolutamente
8 marcante e decisiva para que a Unicamp pudesse ser o que é hoje. Lá estavam eles e as
9 circunstâncias daquele momento. Não quer julgar o senhor Jarbas Passarinho pelos atos
10 praticados naquele período sombrio. Uns devem ser julgados pela história, outros, se
11 cometeram crimes, devem ser julgados pela Justiça. Não pode dizer, agora, decorridos mais
12 de 40 anos, que o fundador da Unicamp e os fundadores de várias unidades de ensino e
13 pesquisa da Universidade, naquela oportunidade, se equivocaram. Assim sendo, declara seu
14 voto contrário à proposta em discussão. A Comissão da Verdade pode levantar informações
15 históricas sobre o ocorrido e, se entender adequado, entrevistar professores que estavam
16 presentes na mencionada reunião do Conselho Diretor. O texto do IFCH também faz menção
17 à reunião do Conselho de Segurança Nacional que decidiu pelo Ato Institucional nº 5. Há
18 poucos anos, o então aluno do Instituto de Economia, senhor Aloizio Mercadante, defendeu o
19 seu doutorado, tendo na banca o professor Delfim Netto, Professor Emérito da USP, que
20 assim como o senhor Jarbas Passarinho, também participou daquela reunião do Conselho de
21 Segurança Nacional e aprovou o referido Ato Institucional. Dessa forma, se entender
22 adequado, a Comissão deve também analisar esse fato da história recente. O Conselheiro
23 GASTÃO WAGNER DE SOUSA CAMPOS diz que irá defender a revogação do título
24 honorífico. Ressalta que estão discutindo o passado, mas também o presente. Tenta ser
25 profundamente democrático, e a democracia é uma construção que passa pela mudança de leis
26 e de normas das instituições e das pessoas. É preciso aprender a ser democrático. E algo que
27 descobriu é que uma das características mais marcantes do autoritarismo é a proibição de
28 criticar as figuras heroicas do país, os pais, as faculdades; para o autoritarismo, isso tudo é
29 incriticável. É oriundo da área Médica, e os médicos não aceitam crítica; trata-se de um traço
30 de autoritarismo marcante. Então, faz essa colocação, porque considera que a liberdade de
31 opinião, de reflexão, passa por “poderem votar” tudo o que é “sagrado”. A ciência tem essa
32 perspectiva, investiga tudo. A proposta de moção do IFCH não está fazendo um julgamento
33 do professor Zeferino Vaz, nem dos diretores que votaram a favor da concessão do título ao
34 coronel Passarinho. À época, era Conselho Diretor, não era Conselho Universitário; a lista de
35 nomes que o professor Léo Pini citou é de ex-diretores de unidades, que foram pressionados
36 pelas circunstâncias, mas muitos tinham convicção de que havia um grupo de iluminados de
37 farda verde oliva, azul e branca, que iria resolver todas as contradições, todas as falhas, todas
38 as loucuras, todos os conflitos de interesse dos brasileiros; muitas pessoas apostaram nisso.
39 Mas o Brasil não aposta mais nisso, aposta em uma democracia. Há pouco tempo foi
40 divulgada uma pesquisa sobre a vinculação dos latino-americanos, inclusive os brasileiros,

1 com a democracia. Na maior parte dos países da América Latina, triunfou a ideia de que um
2 grupo iluminado, autoritário, irá salvar essa parte do continente; menos de 50% defendeu o
3 conceito de democracia. O Brasil foi um dos países onde quase 60% foram favoráveis à
4 democracia. A mensagem que estarão passando hoje com a revogação desse título de Doutor
5 “Honoris Causa” – e ao professor Léo, diz que devem se preocupar com a Universidade e com
6 a sociedade, e o que é melhor para a Unicamp não está desligado do que é melhor para a
7 sociedade – é de que apostam na democracia, não em milenarismos de esquerda, de direita, de
8 centro, religiosos, que voltam a lhes ameaçar. Então, o que está em discussão aqui não é o
9 julgamento dos antigos diretores nem do professor Zeferino Vaz, se os estivessem julgando
10 ele não votaria, pois isso não caberia a este Conselho. Aquelas pessoas são figuras complexas,
11 que estavam desempenhando um papel complexo. O que está sendo votado aqui é que a
12 Unicamp entende que o senhor Jarbas Passarinho não possui mérito democrático, social, nem
13 humano. Entretanto, ninguém apaga a história, esse senhor ficou 40 anos com o título de
14 Doutor “Honoris Causa” oferecido pela Unicamp. A partir de hoje, nas atuais circunstâncias,
15 desejam mandar uma mensagem para si próprios, para os alunos, para os professores e para a
16 sociedade de que apostam na democracia, na tolerância, na liberdade de opinião e na
17 liberdade de crítica, inclusive à própria Unicamp, inclusive a si mesmos. Então, faz o apelo de
18 que votem a favor da revogação, sem grau de drama em relação aos antigos mestres. Nenhum
19 dos conselheiros estaria aqui hoje sem a habilidade, sem a competência do professor Zeferino
20 Vaz à época, que de fato acolheu muitos professores. E pergunta quem são para julgá-los.
21 Então, que se façam biografias, discussões, revisões, textos, que aparecerá o mérito e os
22 problemas de cada um. O Conselheiro LUIZ CARLOS DE FREITAS diz que o professor
23 Ripper explicou as bases sobre as quais esse título foi concedido. E uma rápida comparação
24 com o Artigo 158 dos Estatutos define quem pode receber o título de Doutor “Honoris
25 Causa”: quem tenha contribuído de maneira notável com o progresso das ciências, letras ou
26 das artes, o que não parece o caso; e pode ser também os que tenham beneficiado, de forma
27 excepcional, a humanidade, ou tenham prestado relevantes serviços à Universidade. A menos
28 que entendam que o que aconteceu de 1964 em diante tenha sido uma forma de beneficiar de
29 forma excepcional a humanidade, o título não se aplica. E, obviamente, não está em
30 julgamento aqui, de forma alguma, a atitude daqueles que, sob determinadas circunstâncias,
31 concederam o título; seria um processo de convertê-los em réus no lugar de quem, de fato,
32 está em discussão. Portanto, não podem seguir esse caminho. Alguém já disse que as pessoas
33 constroem a história segundo suas possibilidades, e não segundo aquilo que gostariam de
34 fazer. Portanto, não está em discussão aqui os personagens da Universidade que, movidos por
35 circunstâncias que foram aqui arroladas rapidamente pelo professor Ripper, fizeram o que era
36 o melhor para a Unicamp. O que está sendo discutido aqui é que a Unicamp não pode se
37 ausentar de um momento nacional, em que o país todo rediscute o seu passado como forma de
38 deixar para as gerações futuras uma recomendação, um ensinamento, um compromisso com a
39 democracia de rever esse passado e admitir que errou. Esse é o momento em que o país vive,
40 através das suas inúmeras comissões da verdade que estão analisando legitimamente o

1 passado com a intenção de deixar uma mensagem às gerações futuras, que é uma mensagem
2 de que aqueles que, por alguma circunstância, atentam contra os direitos básicos das pessoas
3 serão confrontados com a justiça em algum momento futuro, mesmo que, em determinado
4 momento da história, estejam isentos de fazê-lo. Estão aqui discutindo se esta Instituição quer
5 ou não participar desse momento nacional, que não é só do Brasil, que, aliás, é muito brando,
6 porque se analisarem os outros países que na mesma época foram objeto de processos
7 ditatoriais, verão que estão sendo muito condescendentes com a análise que o país faz hoje a
8 respeito do seu passado, quando viveu processos de ditadura. Portanto, estão agindo, ainda
9 que timidamente, ainda que apenas revogando um título, que é pouco para tudo o que
10 aconteceu; aqui está em causa um movimento todo que se estabeleceu no país. É isso que
11 estão examinando, não a figura do coronel Passarinho, é mais que isso; ele representa mais
12 que a sua própria atuação. Portanto, não podem dizer novamente que irão fazer aquilo que é
13 melhor para a Universidade, porque estariam se isolando no interior da Universidade,
14 desconhecendo todo o processo nacional de reflexão crítica e autocrítica sobre um período
15 negro da história, que não desejam ver reproduzido para as gerações que se seguirão.
16 Portanto, cabe a este Conselho a responsabilidade de se manifestar agora, segundo suas
17 circunstâncias, segundo suas possibilidades e construir, a partir de então, o futuro. Não
18 adianta exaltar a democracia, os estados de direito, se no momento das ações mínimas, não as
19 concretizarem. De nada adianta exaltar a democracia se não possuem as mínimas atitudes
20 necessárias para concretizar e assinalar para o futuro que as próximas gerações devam ser
21 coerentes com a proteção dos direitos das pessoas. Acha que é esse o sentimento que existe na
22 sociedade brasileira hoje. E seria muito ruim para esta Universidade que hoje outorgassem
23 novamente o título ao coronel Jarbas Passarinho, porque é isso que vai acontecer se aceitarem
24 a tese de que não devem mexer no passado. Dessa forma, estariam, neste momento, cada um
25 dos membros presentes, outorgando novamente o título “Honoris Causa” para o coronel
26 Jarbas Passarinho. Portanto, lhe parece que estão diante de uma questão bastante grave, que
27 precisam examinar muito bem e atuar com as responsabilidades deste momento histórico. Por
28 isso, a congregação da Faculdade de Educação votou pela retirada do título e a acompanhará
29 aqui hoje. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS diz que este é um assunto da
30 maior complexidade, não se trata de um assunto que envolve democratas e antidemocratas; é
31 muito mais do que isso, porque significa olhar com os olhos de hoje as decisões do passado.
32 Portanto, quer expressar aqui, de modo muito firme, seu respeito a todas as opiniões sobre
33 este assunto. Os membros do Conselho Universitário são pessoas com idades diferentes,
34 histórias de vida diferentes, histórias institucionais diferentes e histórias políticas diferentes.
35 Portanto, divergir sobre um assunto dessa complexidade é absolutamente natural e, como
36 disse, nada tem a ver com ser ou não democrata. Entender isso significa dizer que qualquer
37 rótulo é perfeitamente justificável pelas histórias de cada um e o voto deve ser dado, em sua
38 opinião, sem nenhum tipo de constrangimento. Portanto, defender a não revisão não é um ato
39 antidemocrata, e defender a revisão não é um ato somente de democratas. O que pode notar
40 aqui pelas falas das pessoas que a precederam é que há um consenso neste Conselho

1 Universitário: não fariam hoje o ato que foi praticado no passado. Porque as pessoas mais
2 velhas aqui presentes, os membros deste Consu de cabelos brancos, aprenderam com a
3 história, não aprenderam nos livros. Quer expressar aqui com muita franqueza, como
4 indivíduo e como docente, que lamenta que esse assunto tenha vindo ao Conselho
5 Universitário sem a construção de um consenso anterior, porque existe o consenso de que hoje
6 não outorgariam esse título. A divergência aqui é de que forma expressariam esse consenso
7 em termos de uma Deliberação Consu. Isso deve ser uma lição. Os assuntos de natureza
8 política, como este, que não é um assunto de natureza administrativa, com as repercussões que
9 possui, no âmbito do *campus* e fora dele, deveria ter sido aprofundado na busca de um
10 consenso; esta Universidade, que possui um lastro democrático, deveria ter buscado o
11 consenso. Portanto, expressa o seu profundo desconforto em votar “sim” ou “não” em um
12 assunto de natureza política que nunca deveria ter sido apresentado para votação em código
13 binário. O “sim” revoga e, o pior, o “não” confirma, como disse o professor Luiz Carlos.
14 Sente-se profundamente preocupada com qualquer que seja a decisão que este Consu tome no
15 dia de hoje, na forma como o assunto está pautado. Queria colocar isso e reafirmar que
16 qualquer voto nada tem a ver com ser ou não democrata. O Conselheiro NILO SERGIO
17 SABBIÃO RODRIGUES solicita a palavra ao professor Paulo Centoducatte, presidente da
18 Adunicamp. O Professor PAULO CÉSAR CENTODUCATTE traz aqui a opinião da diretoria
19 da Adunicamp, expressando sua concordância com a revogação do título ao senhor Jarbas
20 Passarinho. Concorda muito com a fala do professor Gastão e do professor Luiz Carlos, e
21 também com as argumentações que vieram das congregações. Não irá repetir tudo o que foi
22 dito por eles, com o intuito de abreviar sua fala. Sobre a questão aqui posta de que se
23 revogarem esse título hoje o Conselho Universitário estaria desautorizando o Conselho
24 Diretor de 1973, ou fazendo algum tipo de censura, não concorda. De forma alguma isso se
25 sustenta, porque se assim fosse, se sustentaria a ideia de que companheiros que naquela época
26 da ditadura foram presos e torturados e, sob tortura, denunciaram companheiros, foram os
27 responsáveis pela entrega dos companheiros, e não o torturador. As circunstâncias colocadas
28 naquele momento levaram aquele Conselho Diretor a outorgar o título que hoje este Consu
29 pode e deve revogar. Para ele, as palavras do professor Ripper demonstraram muito bem a
30 situação. Todos aqui sabem e reconhecem a participação do professor Ripper naquela época
31 da construção da Universidade, e o fato de que ele não sabia da concessão demonstra que o
32 Conselho Diretor outorgou um título e muitas pessoas importantes na administração da
33 Universidade nem ficaram sabendo; isso denota o constrangimento que o Conselho Diretor
34 daquela época teve ao fazer o que fez. E hoje, se o Conselho Universitário mantiver esse
35 título, o estará reiterando e assumindo a responsabilidade por ele a partir da data de hoje. O
36 Conselheiro JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA inicia sua fala dizendo que é
37 muito importante o trabalho das comissões que foram instaladas para restabelecer a verdade,
38 assim como a Comissão da Verdade e Memória “Octavio Ianni” da Unicamp. Demoraram
39 muito tempo para fazer isso no Brasil; viveram mais de 20 anos de uma ditadura militar a
40 serviço de interesses econômicos privados, que levou o país a um modelo de desenvolvimento

1 concentrador de renda, com muita exclusão social e com forte processo de mobilidade, com as
2 populações sendo jogadas nas cidades sem nenhuma estrutura. Esse tipo de política tem
3 consequências até os dias de hoje. A ditadura se impôs através de um processo extremamente
4 violento, de perseguição política e de eliminação da democracia. Esse período nunca foi
5 passado a limpo, no Brasil, diferentemente de outros países. Em muitos momentos, os
6 torturados tiveram de assistir aos risos e chacotas de seus algozes. Isso não é incomum na
7 trajetória da democracia do país, que não deu conta de estabelecer uma abordagem para
8 esclarecer o que, de fato, aconteceu nesse passado. É muito importante a Universidade olhar
9 para esses fatos neste momento. A discussão que está posta aqui os leva a dois caminhos, e
10 tende a concordar com o professor Luiz Carlos e com outros que falaram antes dele aqui, que
11 hoje, se votarem contra a revogação do título, estarão referendando a posição tomada em
12 1973. Seria um erro histórico para a Universidade, que comprometeria bastante sua imagem
13 diante do cenário político que estão vivendo, em que se tenta restabelecer a verdade. Portanto,
14 declara que votará pela revogação do título. Também concorda com o professor Jorge Coli
15 que é preciso, na discussão estabelecida, contextualizar o processo de 1973, porque durante o
16 processo de constituição da Universidade, foram exigidas formulações táticas, que inclusive
17 legitimam a postura do reitor, naquele momento. Acredita que isso não pode ser
18 desconsiderado no contexto histórico, mas seria muito importante que o título fosse revogado,
19 em função de tudo o que ele representa. O Conselheiro PAULO SÉRGIO FRANCO
20 BARBOSA diz que respeita todas as colocações aqui apresentadas, e também se une aos
21 colegas que o antecederam. Encontram-se no início de um processo extremamente novo,
22 sobre o qual não possuem total clareza. Ou seja, ninguém fica confortável diante da proposta
23 que está sendo apresentada. Preocupa-se com a extensão e a continuidade dos julgamentos
24 que irão fazer. Este aqui é um primeiro caso revisto, mas certamente foram outorgados por
25 esta Universidade títulos a profissionais – médicos, engenheiros etc. –, que tiveram trajetória
26 as quais desconhecem. Conhece algumas trajetórias de ex-alunos daqui associadas à
27 corrupção política. Independente de estarem ligadas ou não à ditadura, pergunta se irão
28 rastrear as trajetórias das pessoas que receberam os demais títulos outorgados e revê-los, ou
29 irão parar por aqui, basta a do coronel Jarbas Passarinho. Outro ponto que ficou muito
30 evidente aqui é que as opiniões são distintas sob o aspecto do julgamento feito à época, com o
31 contexto existente. E hoje, felizmente, podem olhar para trás na história e fazer o julgamento
32 daquilo que é inaceitável, reprovável e de que todos querem distância. Então, entende a
33 dificuldade dos membros deste Conselho de encontrar um caminho que os tire dessa
34 dificuldade, desse dilema ético. E talvez um caminho moderado possa ser a melhor solução.
35 Possuem em pauta hoje a moção do IFCH, que teve apoio de outras unidades, e, indicado um
36 caminho que possa, talvez, ser a solução, ousa propor um texto com um teor mais ou menos
37 nestes termos: “Este Conselho, tomando conhecimento da moção do IFCH, decide respeitar a
38 decisão tomada à época pelos membros do Conselho Diretor que, certamente, tinham o
39 melhor interesse no aprimoramento desta Instituição. No entanto, afirmamos que hoje este
40 Conselho, sob hipótese alguma, outorgaria o mesmo título ao doutor Jarbas Passarinho.”

1 Então, declarariam na decisão que é reprovável, que não fariam o mesmo julgamento, mas ao
2 mesmo tempo estariam reconhecendo e respeitando a decisão histórica tomada pelo Conselho
3 Diretor da época. O Conselheiro PETER ALEXANDER BLEINROTH SCHULZ diz que esta
4 é uma situação difícil. Concorda com a professora Teresa que votar “sim” ou “não” é
5 extremamente difícil. Respeita todas as opiniões já exaradas e espera que a sua também seja
6 considerada. Este debate é uma demonstração de que a anistia, de 1979, embora um passo
7 importantíssimo para a redemocratização do país, não foi suficiente. A criação das comissões
8 da verdade também demonstra isso. Pessoalmente, acha que ela não foi suficiente e acredita
9 inclusive que certos crimes cometidos não deveriam ter sido anistiados. Nesses últimos 35
10 anos, sempre ouviu o argumento de que houve a anistia, não devem mexer no passado,
11 precisam seguir em frente. Mas, se depois de todo esse tempo ainda estão discutindo os fatos
12 ocorridos, significa que ela não bastou. Acha que a revogação desse título é uma posição
13 extremamente importante nesse contexto. Com ela, não estarão reescrevendo a história; o
14 título continuará registrado, como tendo sido concedido em 1973 e, eventualmente, revogado
15 em 2014. Embora tenha ingressado na Unicamp, como aluno, apenas em 1980, e portanto não
16 tenha vivido aquela época, consegue compreender, pelos textos e pelas conversas com as
17 pessoas, que a concessão constituiu uma estratégia muito importante para a Universidade.
18 Destaca que os membros do Conselho Diretor que aprovaram a concessão do título não se
19 manifestaram. O professor Luiz Carlos pesquisou o significado da atribuição do título nos
20 Estatutos, e viu também uma definição interessante que diz que, historicamente, um Doutor
21 “Honoris Causa” recebe o mesmo tratamento e privilégios que aqueles que obtiveram
22 doutorado acadêmico de forma tradicional, que provavelmente era o que acontecia, por
23 exemplo, com o professor César Lattes. Recordou-se de um escândalo de fraude científica de
24 um físico alemão, Jan Hendrik Schön, que chegou a ser candidato ao *Prêmio Nobel de Física*
25 no começo deste século. Dois ou três anos após, descobriu-se que os artigos dele eram
26 baseados em dados forjados. E quando isso veio à tona, o reitor da universidade alemã onde
27 ele obteve o doutorado abriu uma investigação, para averiguar se o doutorado dele também
28 havia sido uma fraude, e constatou-se que sim, que os dados também eram fabricados, e
29 revogou-se a titulação. E em nenhum momento, conversando com colegas alemães e vendo a
30 imprensa local, isso parece ter causado qualquer constrangimento para a banca. A banca, na
31 ocasião, analisando aqueles dados, outorgou o título de doutor a ele e depois, em vista de
32 novos fatos, verificou que aquele título teria de ser revogado. Não se reescreveu a história da
33 Universidade de Konstanz, porque o título está registrado, foi concedido na década de 1990,
34 mas foi revogado em 2004. Então, acha que também os membros do Conselho Diretor
35 daquela época, percebendo que aquela era uma estratégia importante, talvez não se sentissem
36 constrangidos com essa revogação no contexto atual. Não considera que isso seja reescrever a
37 história, nem que seja um desrespeito a esses membros. Além disso, ainda dentro da definição
38 a que o professor Luiz Carlos se referiu, o título de Doutor “Honoris Causa” é destinado a
39 pessoas eminentes, que não necessariamente sejam portadoras de um diploma universitário,
40 mas que tenham se destacado nas artes, ciências, filosofia, letras, promoção da paz, causas

1 humanitárias, por sua boa reputação, virtude e mérito ou ações de serviço que transcendem as
2 instituições, o que não é o caso. Então, sente-se tranquilo em votar a favor da revogação, não
3 entende isso como um desrespeito àqueles que votaram favoravelmente à outorga. Considera
4 que esta é uma contribuição da Unicamp para um debate presente no país há 35 anos. O
5 Conselheiro JOSÉ ELLIS RIPPER FILHO diz que nasceu durante uma ditadura. Dois anos
6 antes de seu nascimento, seu avô, que era deputado, teve o mandato cassado, durante o Estado
7 Novo. Talvez seja o único presente aqui que tenha votado para presidente antes da ditadura.
8 Algumas manifestações sugeriram que ele não soube da concessão do título porque ela foi
9 feita de forma escondida. Pelo que sabe, não foi. Não soube porque, no momento, se
10 encontrava nos Estados Unidos, como já mencionou. Foi membro do Conselho Diretor antes
11 desse período e posteriormente, e é membro do Conselho Universitário agora. Sua posição,
12 em todas essas ocasiões, inclusive neste momento – e os governadores que o nomearam como
13 representante aqui talvez nem saibam quem ele é –, é de que nunca ninguém lhe disse o que
14 deveria fazer. Seu objetivo e sua obrigação vão sempre no sentido de tentar fazer o melhor
15 para a Unicamp. Se estivesse presente naquela reunião do Conselho Diretor, teria votado a
16 favor, e acha que boa parte das pessoas aqui também teria. Então, acredita que não é correto
17 dizer que o Conselho Diretor foi constrangido, pois certamente grande parte daquelas pessoas
18 não votaria por constrangimento. O professor Rogério Cerqueira Leite, pouco depois, não foi
19 nomeado reitor da Universidade porque foi vetado pela ditadura; e havia sido o professor mais
20 votado pelo Conselho Diretor para ocupar o cargo. Talvez o que mais o preocupe é que a
21 Comissão da Verdade se restrinja a apenas alguns aspectos negativos relacionados à
22 Unicamp; houve outros pontos negativos, outras pessoas também foram discriminadas.
23 Gostaria que a Comissão da Verdade, ao abordar fatos ocorridos na Universidade, se
24 informasse um pouco melhor. Coloca-se à disposição da Comissão. E uma das pessoas que
25 ainda estão vivas, que tem ainda mais conhecimento do que ele, que esteve bem mais perto do
26 poder, é o professor Rogério Cerqueira Leite. Voltando à questão do título, não tem o menor
27 constrangimento de dizer que se estivesse naquela reunião teria votado a favor, e não por
28 constrangimento, mas porque acreditaria e acredita que era o melhor para a Unicamp. Preferia
29 que este assunto não tivesse sido levantado, mas uma vez que o foi, acha que o melhor para a
30 Universidade é que esse título seja revogado. O Conselheiro GUILHERME ARAÚJO WOOD
31 diz que este assunto foi trazido à pauta como uma manifestação da vitória da democracia. O
32 fato de que hoje possam debater isso no Conselho Universitário, tantos anos depois,
33 demonstra essa vitória. Entretanto, gostaria que ela fosse reconhecida por aqueles que não têm
34 a mesma posição que outros representantes aqui. Este assunto gera desconforto, como
35 comentado pela professora Teresa. Concorde com as manifestações do professor Geromel e
36 da professora Teresa Atvars. É uma situação extremamente complicada, pois implica analisar
37 o passado e o presente com visões diferentes, e espera que quem trouxe o assunto à pauta e o
38 está defendendo entenda que muitas vezes as pessoas possuem histórias de vida e posições
39 políticas distintas. A Conselheira TATIANE MARTINS RIBEIRO concorda com trechos de
40 várias manifestações que foram colocadas, em especial as dos conselheiros Iuriatan, Icaro,

1 professor Luiz Carlos e professor Peter. Este último colocou vários pontos interessantes,
2 inclusive com a ilustração de um fato ocorrido com o candidato ao *Prêmio Nobel de Física* de
3 alguns anos atrás. No entanto, pede licença para abrir mão um pouco da formalidade das
4 discussões do Consu e fazer um apelo a todos os professores, a todos os conselheiros,
5 especialmente aos que viveram o período da ditadura, com experiências diferentes. A sua
6 geração não viveu esse período, e espera que não viva. Porém, todos os representantes
7 discentes aqui fazem parte da juventude que foi para as ruas em junho e que tem vivido muita
8 coisa desde então, inclusive um ataque frontal decorrente de um avanço da criminalização dos
9 movimentos sociais, das lutas sociais e dos lutadores sociais. Faz parte das 130 pessoas que o
10 conselheiro Iuriatan comentou que estão sendo processados pela ocupação da Câmara
11 Municipal, no ano passado, por conta do aumento da passagem de ônibus, e o que têm visto é
12 uma série de lutas sendo criminalizadas, inclusive fatos que remetem ao período da ditadura.
13 No Rio Grande do Sul, por exemplo, cinco ativistas que lutavam contra o aumento da
14 passagem tiveram as suas casas invadidas pela polícia e todos os seus pertences, como livros,
15 computadores e cadernos, foram levados. Essas pessoas estão sofrendo um processo que pode
16 condená-las a 25 anos de prisão. De modo semelhante, no início de junho, antes da Copa,
17 durante a greve dos metroviários em São Paulo, um jovem ativista que participava das
18 manifestações juntamente com os trabalhadores foi levado pela Polícia Militar para dentro de
19 uma delegacia e torturado em salas sem câmeras. Esse tipo de ocorrência deve ser
20 inadmissível para todos, tanto aqueles que vivenciaram o período da ditadura como aqueles
21 que conhecem a história desse período. E um dos papéis primordiais das comissões da
22 verdade é revelar essa história para que consigam esmiuçar cada fato desse período que foi tão
23 triste e tão dolorido para as pessoas que o vivenciaram, tanto que muitas não desejam recordá-
24 lo. Mas quando dizem que desejam rememorar essa história, isso não significa apagar os
25 fatos, mas revisitá-los para nunca esquecê-los, no intuito de não permitir que eles ocorram
26 novamente. Acha que a intenção é a mesma quando falam em reviver e rememorar alguns
27 acontecimentos da história da Unicamp, que não são, de forma nenhuma, descolados da
28 história vivida no restante da sociedade. Portanto, precisam ter consciência de que os debates
29 políticos travados dentro da Universidade não podem, de forma nenhuma, estar dissociados
30 do que vivem fora dela e do que as pessoas que estão fora da Universidade vivem na
31 sociedade. É muito importante que pensem que hoje, como já foi aqui mencionado, tratar do
32 título de Doutor “Honoris Causa” é simplesmente simbólico. Mas esse símbolo é muito
33 importante para a conjuntura que vivem hoje no Brasil, principalmente no Estado de São
34 Paulo, em especial aqui em Campinas, e a Unicamp não está fora disso. E com todo esse
35 avanço da criminalização dos movimentos e da repressão policial, é extremamente
36 importante, apesar de simbólico, que a Unicamp se coloque contra um título de Doutor
37 “Honoris Causa” a uma pessoa que foi sujeito da repressão durante um período como a
38 ditadura militar no Brasil. Esse símbolo é importante não apenas para que rememorem a
39 história e não a esqueçam, mas para que consigam escrever o presente pensando em um futuro
40 em que esse período nunca mais se repita. Então, faz um apelo, como jovem, a todos os

1 conselheiros, tanto os que viveram quanto os que não viveram o período, para que revoguem
2 o título. Acha que não é uma questão central analisar quem eram as pessoas que aprovaram a
3 concessão desse título, assim como não será o mais importante, daqui a alguns anos, saber
4 quem foram os conselheiros que o revogaram. Acredita que o centro deste debate é o fato de
5 viverem atualmente um período em que uma parcela bastante grande da ditadura segue
6 acontecendo, de forma camuflada. Então, é muito importante que lancem mão desse recurso
7 simbólico que possuem hoje para expressar que não querem mais que aconteça a ditadura,
8 nem a que hoje está mascarada, muito menos a que ocorreu 50 anos atrás. Então, acha que é
9 um posicionamento político imprescindível de os conselheiros tomarem hoje, pensando
10 principalmente no que foram esses 50 anos que o país viveu, desde o golpe militar até hoje. O
11 Conselheiro ALBERTO SOARES DA SILVA diz que não poderia deixar de se manifestar,
12 até por representar a comunidade externa, através do Dieese, e portanto a classe trabalhadora.
13 No seu entendimento, este é um momento extremamente oportuno para que o Conselho
14 Universitário e a Universidade possam reparar esse erro histórico. Corrobora diversas
15 opiniões que o antecederam no sentido de que a Universidade não pode ter uma posição
16 simplesmente pensando nela, se fechando em si mesma e tomando uma decisão como se
17 estivesse apartada da sociedade. Antes de tudo, esta é uma decisão política, como foi decisão
18 política tomada no passado também a outorga desse título a um coronel que contribuiu para a
19 repressão social, cassou sindicalistas e dirigentes da classe trabalhadora, perseguiu estudantes,
20 cerceou a liberdade e, de certa forma, aposentou diversos docentes. Portanto, considera essa
21 reparação extremamente oportuna e importante. Parabeniza o trabalho das diversas comissões
22 da verdade, especialmente a da Unicamp. Parabeniza também as congregações que colocaram
23 em debate essa questão, ressaltando a importância do que uma decisão como esta pode
24 sinalizar não somente para a própria Universidade, mas também para a sociedade. Diversos
25 conselheiros se referiram aqui à complexidade desta decisão. Ele, talvez por fazer parte da
26 comunidade externa, não a considera tão complexa, pois a enxerga como uma decisão política
27 que precisa ser tomada. E, por seu caráter político, só há duas alternativas: revogar o título ou
28 não revogá-lo e passar pelo constrangimento de sinalizar, em um momento democrático, um
29 retrocesso do ponto de vista institucional. Portanto, faz coro com a acadêmica Tatiane e apela
30 para que os conselheiros reflitam e reparem esse erro cometido no passado. O Conselheiro
31 ROBERTO DE ALENCAR LOTUFO diz que se identifica com a fala da professora Teresa
32 Atvars, sobre o constrangimento, a dificuldade e complexidade desta decisão. E também com
33 o fato de ela ter apontado a inconveniência de uma solução binária, simplesmente revogar ou
34 não revogar. E nesse sentido gostaria de sugerir uma possível contribuição. Antes, analisará a
35 questão histórica de como foi concedido o título. Consultando os Estatutos, verifica que são
36 duas as condições: a primeira é que o candidato seja cientista, artista ou escritor, e a segunda é
37 que tenha beneficiado de forma excepcional a humanidade ou tenha prestado relevantes
38 serviços à Universidade. Não acredita que a motivação do professor Zeferino Vaz e seus
39 colegas, na época, tenha sido a contribuição à humanidade, mas, sim, os relevantes serviços
40 prestados à Universidade. Porém, com base na manifestação do professor Ripper e de outros

1 conselheiros, considera difícil saber com profundidade o que aconteceu na época. Talvez a
2 única pessoa que tivesse essa resposta fosse o professor Zeferino Vaz. Então, seguindo a
3 lógica do professor Peter, se revogarem esse título, estarão afirmando que esses serviços não
4 foram prestados, contrariando o que indicou o professor Zeferino Vaz. Por outro lado,
5 concorda que esta é uma decisão extremamente política, e ela tem repercussão não apenas na
6 Unicamp, mas na sociedade em geral. Por isso fica preocupado com a forma como seu
7 resultado será comunicado à sociedade. E é nesse sentido que gostaria de colaborar com a
8 professora Teresa Atvars, para que esse resultado não seja fruto de um sistema binário. Acha
9 que todos aqui concordam com várias das manifestações dos colegas, e estão com
10 dificuldades de simplesmente responder “sim” ou “não”, sem uma justificativa, sem uma
11 contextualização desta decisão. Entende que o texto proposto pelo professor Paulo Barbosa se
12 aplica caso a decisão do Conselho seja a de manter o título. Gostaria que houvesse uma
13 proposta semelhante caso a decisão seja a de revogar. Certamente se sentiria mais à vontade
14 se uma contextualização desta decisão, seja favorável ou contrária à revogação do título,
15 acompanhasse o texto. Sente-se confortável com o texto do professor Paulo, caso ele seja
16 mantido, mas gostaria de ter um texto também caso a decisão seja pela revogação. Solicita
17 uma atenção especial a essa ideia dos dois textos, pois acredita que com isso todos se
18 sentiriam menos desconfortáveis. Se simplesmente forem contrários à revogação, estarão,
19 com as informações de hoje, outorgando um novo título, o que entende que ninguém deseja.
20 Por outro lado, se simplesmente o revogarem, sem respeitar a decisão tomada por aquele
21 Conselho Diretor, estarão anulando algo que pode ser que ainda valha, naquela situação
22 técnica, embora não na situação política atual. O Conselheiro LUIZ CARLOS DE FREITAS
23 pergunta quais seriam esses serviços relevantes prestados pelo coronel. Essas decisões
24 costumam ser circunstanciadas, e o fato é que não sabem quais são esses serviços, no suposto
25 caso de que essa alínea tivesse sido utilizada como justificativa. Além disso, pode ser que
26 esses eventuais serviços prestados não fossem publicáveis; o professor Ripper lhes forneceu
27 pistas sobre isso. Sobre a proposta dos textos que se remetem ao passado, alerta que a melhor
28 maneira de respeitarem e, de certa forma, protegerem aqueles que se envolveram nessa
29 decisão é deixá-los fora desta discussão. Considera que incluí-los em textos explicativos
30 agravará mais o problema, porque terão de dar explicações hoje sobre estas decisões que
31 talvez no passado não precisassem ser dadas. Poderão suscitar uma série de questionamentos
32 à imagem da Universidade, de seus fundadores e daqueles que estiveram envolvidos nessa
33 questão. Portanto, acha que devem preservar o passado, embora caiba a este Conselho se
34 manifestar sobre os efeitos que certas pessoas, em determinadas circunstâncias, que não lhes
35 interessam hoje quais foram, produziram quando tiveram de outorgar esse título. E ressalta
36 que eles tiveram de outorgá-lo. Portanto, acha melhor que se atenham ao presente, ou seja, à
37 posição dos conselheiros hoje, respeitadas, obviamente, as circunstâncias do passado.
38 Concorda com a professora Teresa Atvars que a situação não é simples, e acrescenta que nem
39 a abstenção os eximirá, pois esta será interpretada como um apoio a uma ou a outra posição.
40 Portanto, ou entendem o processo como uma ação política de reparação, ou terão ainda mais

1 problemas para explicar suas ações. E acrescenta que aqui não estão em jogo posições
2 políticas, como as manifestações de alguns conselheiros sugeriram. Não existe nenhuma
3 posição política autorizada a defender a morte. Portanto, estão diante de uma questão de
4 posicionamento pessoal, ou teriam de justificar o holocausto também. Não se trata, pois, de
5 respeitar uma posição política, ou uma posição político-partidária deste ou daquele. Há
6 limites, mesmo para os partidos e para as posições, ainda que teóricas, do ponto de vista de se
7 legitimarem como uma proposta justa nas relações sociais, nas relações humanas. E ninguém
8 está autorizado a dizer que a sua posição, em um determinado momento histórico, para
9 defender este ou aquele propósito, pode incluir a tortura, a morte etc. Portanto, não há esse
10 dilema de consciência aqui, muito pelo contrário; os pontos são absolutamente claros quando
11 fazem esse tipo de análise. Não estão diante de uma questão de consciência, ou de democracia
12 em relação ao que se possa escolher como conduta humana. Sob qualquer luz de conduta
13 humana, não se pode ser conivente com o extermínio das pessoas que pensam diferentemente.
14 Acha que é isso que precisam assinalar para a juventude. E se alguém tiver, hoje,
15 tranquilidade para agir daquela forma, deve lembrar que em algum momento responderá por
16 isso. Não está acusando pessoas específicas; está acusando um movimento que se estabeleceu
17 no país, depois de 1964, com essa filosofia. Acha que é isso o que está em jogo aqui. O
18 Conselheiro FERNANDO SARTI declara que votará favoravelmente à revogação do título.
19 Do seu ponto de vista, a revogação não implica nenhum juízo de valor, nenhuma crítica,
20 nenhum julgamento ao Conselho Diretor da época. Não tem aqui como julgar as condições e
21 pressões políticas que esse Conselho enfrentava. Portanto, sabe que a questão é complexa,
22 mas, como vários que o precederam já colocaram, a Unicamp, além da repercussão
23 acadêmica, intelectual, tem uma repercussão política. Acha que a decisão tomada dará à
24 sociedade um pouco da visão do que a Universidade quer para o presente e para o futuro. Em
25 relação ao comentário do professor Geromel, por quem tem muito apreço e respeito, diz que
26 não é possível comparar a questão em tela, que se refere a uma decisão tomada sob um regime
27 autoritário, com a elaboração de uma banca de doutorado, há quatro anos, feita dentro de um
28 regime absolutamente democrático, aprovada dentro da congregação de uma unidade,
29 aprovada nas instâncias superiores da Universidade. Refere-se à presença do professor Delfim
30 Netto na banca do professor Aloizio Mercadante. Lembra que o professor Delfim Netto é
31 professor titular da USP, e juntamente com ele compunham a banca o professor Bresser
32 Pereira, professor titular da Fundação Getúlio Vargas, o professor Ricardo Abramovay,
33 também professor titular da USP, e o professor João Manuel Cardoso de Mello, professor
34 aposentado da Unicamp. O Conselheiro PAULO SÉRGIO SARAN diz que defende o respeito
35 a todas as opiniões, sejam quais forem, inclusive as moções das congregações que aqui
36 vieram, as manifestações da Comissão da Verdade, assim como também defende o respeito a
37 todas as posições e aos votos que aqui forem consignados, sejam em uma posição ou em
38 outra. Concorde plenamente com o professor Geromel, com a professora Teresa Atvars, com
39 o professor Léo Pini e com outros que se manifestaram, que não podem rotular pessoas de
40 mais ou menos democráticas de acordo com seu voto. Também não acha que precisem anular

1 decisões do passado para reafirmar a opção pela democracia. Acredita que a história está
2 construída e deve ser respeitada. Discorda do professor Peter, porque considera que o
3 exemplo que ele trouxe aqui é completamente diferente. Não estão diante de uma fraude que
4 tenha sido cometida pelo Conselho Diretor; o que houve foi uma decisão, um ato político,
5 como já muito bem colocado, e é isso o que estão analisando. É claro que se estivessem aqui
6 para decidir sobre uma fraude, a posição seria outra, pois a situação seria diferente. Achou
7 muito interessante a proposta do professor Paulo Barbosa, porque, como disse a professora
8 Teresa Atvars, o encaminhamento deste assunto para o Conselho Universitário, feito pelas
9 congregações, deveria ter sido construído de forma diferente. Também se sente muito
10 desconfortável, até porque acredita que todos aqui reconhecem que a Unicamp só existe hoje,
11 e da forma como é, graças ao professor Zeferino Vaz. Tem um profundo respeito por ele,
12 como acredita que todos tenham, e sente muito orgulho de ter ingressado aqui na Unicamp,
13 como aluno do curso de Engenharia Civil, quando o professor Zeferino era reitor. O professor
14 Léo Pini leu alguns nomes ilustres de colegas que fizeram parte do Conselho Diretor que
15 tomou essa decisão baseado em questões que eles entenderam verdadeiras, justas e corretas.
16 Entende que estará desrespeitando aquele Conselho e a figura do professor Zeferino Vaz se
17 votar pela revogação do título. Então, acha que a proposta do professor Paulo Barbosa poderia
18 substituir a proposta oriunda das congregações, pois isso traria um conforto maior para grande
19 parte dos colegas. Reiterando a fala de alguns colegas, diz que não estão aqui julgando os
20 conselheiros pelas suas posições políticas ou partidárias, ou os rotulando de democratas ou
21 não. Estão diante de um fato histórico, político, e precisam tomar uma decisão que será
22 política e também histórica. Assim, solicita, se for possível, que seja encaminhada a proposta
23 do professor Paulo Barbosa como um substitutivo à proposta original das congregações. O
24 Conselheiro JULIO CESAR HADLER NETO diz que é testemunha, em parte, do que
25 aconteceu. Em 1967, ingressou, juntamente com o professor João Frederico, na primeira
26 turma de Ciências Exatas da Unicamp; em 1973, fazia pós-graduação no IFGW. Seu pai é um
27 dos citados pelo professor Léo, e se emocionou ao ouvir o nome dele. Nessa época, era
28 solteiro e morava com o pai, e eles discutiam muito sobre a Unicamp. É testemunha do
29 imenso trabalho que tiveram esses primeiros docentes, que ajudaram a construir a
30 Universidade, no caso de seu pai, até antes de a Universidade ser criada, porque ele era
31 professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, em 1963, e veio para trabalhar na
32 Maternidade de Campinas. A partir daí, ele e outros que vieram de Ribeirão Preto, de São
33 Paulo, do Rio de Janeiro, iniciaram suas atividades na Unicamp e ajudaram a construí-la. Por
34 exemplo, se lembra do professor Oswaldo Vital Brazil, do professor Carlos Eduardo
35 Negreiros e outros que lutaram muito para que a Medicina tivesse qualidade, já nesse início, o
36 que não era muito o desejo dos governantes de Campinas, que queriam uma Medicina para os
37 filhos de suas famílias mais abastadas. A luta já começou ali, e o professor Zeferino, quando
38 veio para se tornar o reitor da recém-criada Unicamp, por já ter um nome reconhecido, pois
39 havia sido diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, abraçou a causa, querendo
40 fazer desta Universidade a sua obra maior, o que conseguiu. Então, apesar desse

1 constrangimento de estarem hoje aqui tendo de tomar essa decisão, votará pela revogação por
2 uma razão que não foi muito colocada, e que foi levantada rapidamente pelo professor Megid.
3 Lembra que o coronel Jarbas Passarinho, como ministro da Educação, foi um dos
4 responsáveis, se não o maior, pelo desmonte do ensino público do país. Estudou em escola
5 pública até 1966, e até 1969 isso ainda não havia acontecido. Após 1973, a escola pública
6 estava claramente desmontada, com baixa qualidade, invertendo a equação anterior de que o
7 mau aluno ia para a escola particular para ser aprovado e o bom aluno ficava na escola pública
8 porque ela tinha qualidade. Depois de 1973, o nível de qualidade da escola pública caiu
9 drasticamente, ao passo que o da escola particular aumentou, e portanto esta passou a ser
10 destinada à elite. Então, entende que o coronel Passarinho fez mal à educação deste país e por
11 essa razão votará favoravelmente à revogação do título. O Conselheiro ROBERTO PEREZ
12 XAVIER diz que esta é uma discussão bastante frutífera, porém espinhosa. No seu caso, ainda
13 não havia ingressado na Unicamp em 1973, ainda era muito jovem. Acha que todos têm a sua
14 dose de razão neste debate, tanto os conselheiros mais sêniores quanto os mais jovens, que
15 considera que às vezes confundem um pouco a discussão, em termos temporais. Isso faz com
16 que pessoalmente fique em uma posição bastante delicada de decidir pela revogação ou não
17 do título. Ser favorável à revogação talvez seja relativamente mais fácil em função da figura
18 do coronel, mas querendo ou não estarão julgando, direta ou indiretamente, aqueles que
19 participaram desse Conselho, sem saber das reais circunstâncias. Entretanto, se optam pela
20 não revogação, que talvez seja uma decisão um pouco mais difícil, ficam com a sensação de,
21 como colocaram a professora Teresa Atvars e o professor Luiz Carlos, estar confirmando o
22 título, o que o incomoda. Mas, ao mesmo tempo, significa entender que deve ter havido
23 circunstâncias especiais para o Conselho Diretor da época tomar a decisão que tomou. Se é
24 preciso decidir “sim” ou “não”, concorda com a proposta do professor Lotufo de que a
25 decisão deve ser circunstanciada, especialmente no sentido de preservar a imagem daquele
26 Conselho Diretor. Então, conseguirá votar com mais convicção se houver esses textos, tanto
27 para o “sim” quanto para o “não”. O Conselheiro RODOLFO JARDIM DE AZEVEDO diz
28 que esse título tem 41 anos, e ele, que acabou de fazer 40, está na categoria dos cabelos
29 brancos sem ainda poder mensurar. Respeita fortemente todas as opiniões colocadas aqui, por
30 mais contraditórias que sejam. Acredita que vivam na democracia exatamente para poder
31 ouvir, processar e tentar tomar as decisões e, quem sabe, melhorar a própria condição. Sua
32 grande preocupação com as falas anteriores é com relação às analogias, porque toda vez que
33 se coloca mais uma analogia, cria-se mais um ramo de interpretação possível; dessa forma,
34 tentou formar uma opinião sem se ater às analogias. Em cada uma das opções há os pontos
35 positivos e os negativos. Quanto à leitura de que negar a revogação da outorga é reforçar o
36 título, prefere não entender dessa forma; da mesma maneira que a cada Conselho
37 Universitário, por não haver uma moção a fim de revogar alguma atitude do passado, não
38 significa que estejam reafirmado aquilo. Foram provocados a pensar em cancelar o título em
39 questão através da moção do IFCH, e justamente a força dessa provocação os trouxe aqui.
40 Então, sua interpretação é de que estão votando a revogação do título, e não a reafirmação do

1 mesmo; ou seja, não apresentaram uma moção com o intuito de o Consu reafirmar o título ao
2 coronel Jarbas Passarinho. O Conselho foi provocado a pensar em cancelar o título através da
3 moção do IFCH, e a força dessa provocação os trouxe aqui. Então, a saída neste caso seriam
4 duas: decidir por revogar o título ou decidir deixar a história do jeito que está. Prefere
5 interpretar dessa forma. Várias pessoas mencionaram o caminho da Unicamp até este
6 momento, e o que o preocupa é tentar excluir pedaços do caminho que não consideram mais
7 válidos. E é justamente nesse sentido que gostou bastante da proposta do professor Paulo
8 Barbosa, mencionada por várias outras pessoas aqui. Ou seja, podem dizer que, hoje, se
9 alguém propusesse o título de Doutor “Honoris Causa” para o Jarbas Passarinho, nem haveria
10 essa discussão, não outorgariam um título a ele. Basicamente, o resultado da proposta será
11 decidido com um “sim” ou um “não”. Estão preocupados em tentar explicar porque estão
12 tomando a decisão, e é justamente nesse aspecto que considera importante olhar para a atitude
13 que estão tomando. Essa atitude tem sido refletida nos atos da Universidade dos últimos anos.
14 Valorizam a democracia, estão aqui em um Conselho com mais de setenta membros
15 expressando sua opinião, de forma que não há problema de democracia, estão respeitando a
16 opinião dos outros. Esse é o efeito. Ou seja, revogar o título não os vai tornar mais
17 democráticos, tampouco menos democráticos; o aspecto não é esse. Revogar o título ou não
18 revogar o título não os vai tornar mais políticos ou menos políticos. Irão exercitar sua decisão
19 política, exercitar a decisão democrática. Não irão alterar o pensamento da época, não vão
20 voltar ao passado e mudar o pensamento daquelas pessoas. Não irão reescrever o passado.
21 Alguém pode, no futuro, ver o que aconteceu, através da Ata de 1973. Sua solução é expressar
22 que não fariam isso novamente, mas, por outro lado, não tem vontade de ficar olhando o
23 passado da Unicamp e julgando o que está certo e o que está errado, revogando item por item
24 do que foi feito. Estão passando por uma fase importante para pensar em seus atos atuais e nas
25 implicações para o futuro. Há muitas outras coisas a fazer, e gostaria de usar melhor o tempo
26 na direção de enxergar um futuro melhor para a Universidade. Entende que equívocos podem
27 ter sido cometidos no passado, mas a cada esforço de tentar revogá-los, estão perdendo a
28 oportunidade de olhar para frente. O MAGNÍFICO REITOR diz que muitos conselheiros se
29 referiram a uma suposta proposta do professor Paulo Barbosa, e outros, como o professor
30 Lotufo, entenderam a manifestação do professor Paulo como ele entendeu, não como uma
31 proposta alternativa, porque não lhe parece que ela seja uma alternativa àquilo que a
32 professora Teresa chamou de sistema binário, revogar ou não revogar o título. Entendeu a
33 proposta do professor Paulo como um texto que explicava uma das alternativas do sistema
34 binário, e o professor Lotufo inclusive, em sua manifestação, solicitou um texto que
35 explicasse a outra possibilidade do sistema binário. Então, antes de formular algum
36 encaminhamento, consulta o professor Paulo Barbosa se entendeu corretamente, porque sua
37 proposta não os desvia da votação de revogar ou não o título. O Conselheiro PAULO
38 SÉRGIO FRANCO BARBOSA diz que seu pensamento foi mais ou menos na linha do que o
39 professor Lotufo colocou, que caso fosse mantido o título, deveriam pelo menos
40 contextualizar, e não perder a oportunidade de reafirmar que seriam contra a outorga se fosse

1 hoje. O MAGNÍFICO REITOR diz que isso tendo sido esclarecido, poderá encaminhar a
2 votação. O encaminhamento nem é tão difícil, porque o sistema continua sendo binário.
3 Considera que a explicação da decisão poderá ser retirada do conteúdo da Ata desta reunião,
4 por todas as manifestações que foram colocadas. Em seguida, diz que todos tiveram a
5 oportunidade de comentar sobre um trecho de suas vidas, e também não resiste à tentação de
6 dizer onde estava em 1973. Naquela época, era vice-presidente do Diretório Acadêmico da
7 Faculdade de Tecnologia de Alimentos, portanto, fichado. E fazia iniciação científica, tendo
8 como orientador – que foi seu orientador em duas iniciações científicas, no mestrado e no
9 doutorado – o professor André Tosello, que foi mencionado aqui como sendo o único que se
10 manifestou na sessão do Conselho Diretor sobre a proposta do professor Zeferino,
11 favoravelmente, indicando um fato, sem dúvida importante do ponto de vista histórico para a
12 Engenharia de Alimentos, que foi o reconhecimento do curso. O curso de Engenharia de
13 Alimentos era inédito, não existia na América Latina e foi criado pelo professor André
14 Tosello e submetido ao Ministério da Educação em um processo de reconhecimento que
15 tramitou durante vários anos e foi reconhecido quando era Ministro da Educação o coronel
16 Jarbas Passarinho. Acredita que o relato que o professor Tosello fez, e que está descrito na
17 Ata, é meramente factual; acha que pela tenacidade que o professor possuía e pelo seu
18 empenho na criação da Engenharia de Alimentos – Engenharia Tecnológica de Alimentos,
19 naquela época –, qualquer que fosse o ministro, o curso certamente seria reconhecido; não
20 acha que isso se deva especialmente à presença do coronel Jarbas Passarinho no Ministério.
21 Feita essa contextualização pessoal, não há dúvida de que há um sistema binário de votação, e
22 em uma votação que exige dois terços do quórum é bastante recomendável e prudente que
23 assim seja, porque se houvesse cinco propostas aqui, teriam de triar até que restassem duas,
24 porque é a única maneira de fazer algo que exija um quórum qualificado. Fará uma
25 observação que lhe parece importante, porque as manifestações se preocuparam em analisar a
26 preservação do Conselho Diretor à época, do professor Zeferino Vaz, dos membros que
27 estavam no Conselho. Acha que essa questão não faz parte das preocupações com o que estão
28 decidindo aqui. Recorre ao parecer da PG para explicar o que está querendo dizer. O parecer
29 coloca claramente em sua conclusão que a revogação não é um ato que possui retroatividade,
30 portanto, não estariam alterando o ato praticado por aquele Conselho Diretor. A outorga foi
31 decidida, produziu seus efeitos e vige até este momento. O que está proposto aqui é o
32 reconhecimento por este Conselho, ou não, a partir de agora, de que essa concessão será
33 revogada. Consta do último parágrafo do parecer da Procuradoria Geral: “Por estas razões,
34 entendo que o pedido de revogação do título Doutor ‘Honoris Causa’ concedido a Jarbas
35 Passarinho poderá ser submetido ao Conselho Universitário, que poderá deferi-lo mediante
36 decisão motivada e aprovação de 2/3 de seus membros, o que produzirá efeitos futuros,
37 conforme anteriormente exposto.” Esse é o último esclarecimento que gostaria de aportar, e
38 encaminha a votação no sentido do sistema binário, como denominou a professora Teresa,
39 revogar ou não revogar. Para revogar, são necessários os votos de dois terços dos membros do
40 Conselho, portanto, cinquenta votos. Em seguida, submete à votação a revogação do título de

1 Doutor “Honoris Causa” ao coronel Jarbas Passarinho, que é rejeitada com 10 votos
2 contrários, 49 favoráveis e 10 abstenções. Portanto, não está revogado o título. O Conselheiro
3 ADALBERTO BONO MAURIZIO SACCHI BASSI declara que votou contrariamente à
4 revogação não como referendo, mas porque diversos membros aqui presentes, inclusive os
5 que encaminharam, se referiram a erro histórico, do que discorda profundamente. O
6 MAGNÍFICO REITOR informa que o professor Léo Pini entregou declaração de voto à
7 Secretaria Geral para constar da Ata. Declaração de voto do conselheiro Léo Pini Magalhães:
8 “Abstive-me. Foi um voto difícil e de respeito ao Conselho Diretor à época e também de
9 respeito ao futuro. Não se altera o passado. Este voto não reitera o título e considera que o
10 estabelecido no passado deve ficar como marca para o seu julgamento pela história.” O
11 Conselheiro PAULO SÉRGIO FRANCO BARBOSA consulta, tendo em vista o resultado da
12 votação, se caberia aquela sugestão de redação que fez. O MAGNÍFICO REITOR diz que
13 não, pois as razões estarão expressas na Ata. Considera que as opiniões das pessoas levaram a
14 que votassem dessa forma. Crê que não haja necessidade de nenhum texto explicativo. Em
15 seguida, devido à inversão da pauta, passa ao Expediente, informando que alguns itens
16 demandam algumas providências. Chama atenção para o item 5 – proposta de estabelecimento
17 de cotas para negros e indígenas em concursos de ingresso no quadro de funcionários da
18 Unicamp, apresentada pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. A PG analisou a
19 proposta e a Lei Federal nº 12.990, de 09 de junho de 2014, que reserva aos negros 20% das
20 vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos
21 públicos, e entendeu que, embora a lei se refira a instituições federais, abra a possibilidade
22 para que qualquer instituição pública a adote como referência em seus concursos. E para
23 avançar nessa questão, propõe a constituição de um grupo de trabalho para o aprofundamento
24 do assunto e elaboração de propostas de ações ao Conselho Universitário, pois se trata de uma
25 regulamentação que precisa ser produzida, e é preciso analisar como se aplicaria no caso dos
26 concursos da Unicamp. Dessa forma, teriam de formar, na reunião de hoje, esse grupo. Chama
27 também atenção para o item 7 – Proc. nº 01-P-03969/99 –, indicação de membros da Área de
28 Biológicas, em substituição ao professor Jacks Jorge Júnior, da FOP, como titular, e à
29 professora Fernanda Aparecida Cintra, da FEnf, como suplente, a partir de 26.08.14, para
30 comporem a Comissão de Vagas Docentes. A proposta é que o professor Ivan Toro assuma
31 como titular e o professor Miguel de Arruda como suplente. Não havendo observações,
32 submete à votação as indicações, sendo aprovadas por unanimidade. No item 8 – Proc. nº 01-
33 P-20276/03 –, indicações de membros, representantes titulares e suplentes das unidades de
34 ensino e pesquisa, para comporem a Comissão Central de Pesquisa, com mandato de agosto
35 de 2014 a julho de 2016: Fúlvia de Barros Manchado Gobatto e Augusto Ducati Luchesi
36 (FCA), como membros titular e suplente, respectivamente; Fernando Cendes e Roger Frigério
37 Castilho (FCM), como membros titular e suplente, respectivamente; Theresa Maria de Freitas
38 Adrião e Agueda Bernardete Bittencourt (FE), como membros titular e suplente,
39 respectivamente; Maria Teresa Pedrosa Silva e Sérgio Bertelli Pflanzler Junior (FEA), como
40 membros titular e suplente, respectivamente; Raquel Gonçalves e Jansle Vieira Rocha